



**ADRIELLE CRISTINA DE PAIVA MARQUES FERREIRA**

**A RELAÇÃO DO TRANCAMENTO ESCOLAR E A  
VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA EM UMA  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO SUL DE MINAS GERAIS**

**LAVRAS – MG  
2020**

**ADRIELLE CRISTINA DE PAIVA MARQUES FERREIRA**

**A RELAÇÃO DO TRANCAMENTO ESCOLAR E A VULNERABILIDADE  
SOCIOECONÔMICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO SUL DE MINAS  
GERAIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof<sup>a</sup>. Dra. Nathalia de Fátima Joaquim

**LAVRAS – MG**

**2020**

**ADRIELLE CRISTINA DE PAIVA MARQUES FERREIRA**

**A RELAÇÃO DO TRANCAMENTO ESCOLAR E A VULNERABILIDADE  
SOCIOECONÔMICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO SUL DE MINAS  
GERAIS**

**THE RELATIONSHIP OF SCHOOL TRANSACTION AND  
SOCIOECONOMIC VULNERABILITY IN A TEACHING INSTITUTION IN  
SOUTHERN MINAS GERAIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em  
Dra. Nathália de Fátima Joaquim UFLA  
Ma. Paula Pereira de Alvarenga UFLA

Profa. Dra. Nathália de Fátima Joaquim  
Orientadora

**LAVRAS-MG  
2020**

## AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que contribuíram para que este trabalho acontecesse, desde as que me apoiaram, que contribuíram com a pesquisa, que incentivaram e que me ajudaram na caminhada de construção enquanto pessoa que me tornei hoje. Em primeiro lugar queria agradecer a todas essas pessoas que de alguma forma cruzaram meu caminho.

Em especial queria agradecer a minha mãe Patrícia que sempre está do meu lado me apoiando e incentivando a realizar meus sonhos e a voar alto, que é um exemplo de força e dedicação para mim, que sempre me incentivou a estudar e nunca me deixou desistir por mais difícil que fosse a situação. Meu eterno agradecimento a pessoa mais importante de toda minha vida.

Queria agradecer também a minha orientadora Nathalia, que desde o início da graduação acreditou em mim e nas minhas indignações e desde lá esteve sempre presente. Sem ela este trabalho não seria possível, todo seu apoio foi essencial não só para a pesquisa, mas para que eu pudesse hoje estar me graduando. Não há palavras que expressam o tamanho da minha gratidão por tudo que ela fez por mim.

Ao Levante Popular da Juventude por ter me ensinado tanto, por me mostrar que existe a possibilidade de uma outra construção de país. Por ter me ajudado a construir quem eu sou hoje, por ter me feito conhecer companheiros e companheiras que irei levar para a vida, que mostraram diariamente o significado da luta, do companheirismo, meus agradecimentos a todos companheiros e companheiras de luta!

A todos meus amigos que estão comigo em todos os momentos, que me apoiam, me incentivam e acreditam em meu potencial. Que são os irmãos e irmãs que a vida me deu! Meus sinceros agradecimentos a todos que partilham a vida comigo.

Um agradecimento especial a todos e todas que lutam diariamente para que possamos ter um mundo melhor, por todos aqueles que lutaram para o que temos hoje. Por todas (os) filhas (os) da classe trabalhadora que entraram na universidade e independente dos desafios lutam diariamente pela sua permanência e formação. A todas entrevistadas (os) que dispuseram um pouco do seu tempo para partilhar um pouco de sua história de vida para este trabalho. Espero que este trabalho possa de alguma forma contribuir para a mudança da realidade desses alunos.

## RESUMO

O presente trabalho visou analisar a relação entre o trancamento de matrículas e a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes em uma instituição de ensino no Sul de Minas Gerais. Buscando entender quais são os motivos que levam esses alunos a efetuarem o trancamento, quais desafios enfrentam para permanecer na universidade, como foi o processo de construção do capital cultural desses alunos e como isso influencia em sua permanência, além de analisar o processo da reprodução e violência simbólica com embasamento teórico em Bourdieu e Passeron. A metodologia do trabalho se deu por meio de entrevistas com questionários semiestruturados, sendo utilizado o método bola de neve para chegar até os entrevistados. Para analisar os dados foi utilizado a análise de conteúdo com categorias de análise estabelecidas a partir dos temas abordados no referencial teórico. A partir das entrevistas realizadas com os alunos em situação de vulnerabilidade econômica foi possível identificar que diversos são os motivos que levam os alunos ao trancamento, mas em sua maioria os determinantes são financeiros e psicológicos. O processo de reprodução e violência simbólica também influenciam, uma vez que os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estão dentro de uma instituição de ensino que ainda reproduz o discurso do dominante. Dessa forma, muitos alunos passam pelo processo de violência simbólica e muitos nem se dão conta que isso está acontecendo. Além disso, o capital cultural desses alunos também influencia em sua permanência, por não terem muito acesso por conta das condições financeiras. Todos esses processos constituem como barreiras para esses alunos permanecerem no Ensino Superior.

**Palavras-chaves:** Permanência. Vulnerabilidade socioeconômica. Trancamento de matrículas.

## **ABSTRACT**

The present study aimed to analyze the relationship between the locking of enrollments and the situation of socioeconomic vulnerability of students in an educational institution in the south of Minas Gerais. Seeking to understand what are the reasons that lead these students to lock up, what challenges they face to stay at the university, how was the process of building the cultural capital of these students and how it influences their permanence, besides analyzing the process of reproduction and symbolic violence with theoretical foundation in Bourdieu and Passeron. The methodology of the work was through identification with semi-structured questionnaires, using the snowball method to reach the interviewees. To analyze the data a content analysis was used with categories of analysis based on themes in the theoretical framework. From the interviews with students in a situation of economic vulnerability, it was possible to identify that there are several reasons that lead students to lock up, but most of the determinants are the financial and psychological. The reproduction process and symbolic violence also influence, since students in a situation of socioeconomic vulnerability, are within an educational institution that still reproduces the dominant discourse. Thus, many students go through the process of symbolic violence and many do not even realize that this is happening. In addition, the cultural capital of these students also influences their permanence, as they do not have much access due to financial conditions. All of these processes defined as barriers for these students will remain in Higher Education.

**Keywords:** Permanence. Socioeconomic vulnerability. Number plates locking.

## SÚMARIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2.</b>	<b>REREFENCIAL TÉORICO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>Histórico da Assistência Estudantil no Brasil.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Assistência estudantil e vulnerabilidade socioeconômica.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Trancamentos de matrículas e os desafios para permanecer no ensino superior .....</b>	<b>20</b>
<b>2.3</b>	<b>Capital Cultural e as desigualdades educacionais.....</b>	<b>25</b>
<b>3.</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>30</b>
<b>4.</b>	<b>OS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>31</b>
<b>5.</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>35</b>
<b>5.1</b>	<b>Desafios para permanecer no Ensino Superior.....</b>	<b>35</b>
<b>5.2</b>	<b>Capital Cultural: acesso, formação e implicações para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.....</b>	<b>42</b>
<b>5.3</b>	<b>Trancamento de matrículas de alunos em situação de vulnerabilidade: motivos que levam a esse fenômeno.....</b>	<b>48</b>
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
	<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>65</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação no Brasil se deu de forma tardia e desde o início se caracterizou como uma educação que não era para todos (VASCONSELOS, 2010). A partir da Constituição de 1988, a educação passou a ser um direito e o Estado passou a ter o dever de fornecê-la ao povo (BRASIL, 1988). Porém, ainda assim, o acesso ao ensino superior não é uma realidade de todos. (GISI,2006).

Sabe-se que a educação é uma das formas de conquista de melhores oportunidades sociais, econômicas, porém, ao se tratar das classes populares que desde o Brasil colônia vem sendo excluídas, o acesso à educação é fundamental para que as desigualdades sejam diminuídas, como já discutidas nos trabalhos de Bourdieu (1989).

Com a implementação do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012), SISU (Sistema de Seleção Unificada), PROUNI (Programa Universidade para Todos), FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), o perfil do estudante universitário mudou, sendo que agora a maioria dos estudantes advém das classes populares. Como foi mostrado pela pesquisa divulgada pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 da ANDIFES E FONAPRACE trouxe que 70,2% dos estudantes são de famílias com baixa renda. Desse modo, faz-se necessário que a assistência estudantil garanta a permanência desses alunos e que eles tenham condições de vida e rendimento acadêmico.

Porém, nos últimos anos, com a crise econômica e política, os investimentos na educação começaram a ser cortados. Como a PEC 55, que fixa os investimentos em educação por 20 anos colocando em risco a entrada e a permanência de novos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades.

Dessa forma, o trabalho desenvolvido tem como problemática os motivos que levam os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica a trancar sua matrícula nos cursos de graduação. E tem como objetivo analisar os motivos que levam os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao trancamento do curso em uma universidade no sul de Minas Gerais.

Este trabalho conta com quatro tópicos além desta introdução. No primeiro serão apresentados e discutidos aspectos relacionados ao histórico da assistência estudantil no Brasil com intuito de mostrar desde o Brasil colônia até os dias atuais quais foram às conquistas na assistência estudantil. No tópico seguinte, será construído um paralelo entre o fenômeno dos



trancamentos de cursos e as dificuldades de permanência no ensino superior. No terceiro tópico apresenta-se uma discussão sobre capital cultural, e, na sequência, serão apresentados os procedimentos metodológicos, os resultados e discussões e, para fechar o trabalho, as considerações finais.

## **2. REREFENCIAL TÉORICO**

### **2.1 Histórico da Assistência Estudantil no Brasil**

De acordo com Vasconcelos (2010), o ensino superior brasileiro se deu de forma tardia em relação aos outros países das Américas espanhola e inglesa, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial. Portugal tinha como objetivo, quando entrou nas terras brasileiras, a fiscalização e defesa, não tendo preocupações com a educação. Durante 300 anos, as únicas ações tomadas em relação à educação foram pelos jesuítas que eram voltados para a catequização religiosa. Os altos funcionários da Igreja, da Coroa e os filhos dos grandes latifundiários iam para a Europa para ingressar na formação universitária. Em 1808, com a chegada da família real à colônia nasceu o primeiro interesse de criar escolas médias na Bahia e Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 2010). Segundo o autor, essa demora no investimento em educação se deu pelo fato de o Brasil ter sido uma colônia de exploração - e os países retromencionados foram colônias de povoamento -, o que impactou diretamente na forma como foram pensadas as estratégias para cada um deles. Em 1930, cresceu a procura pela educação superior no Brasil, por causa da urbanização cresce a necessidade de escolaridade (PALAVEZZINI, 2014)

Dessa forma, depois de instaurada a educação superior no país, a primeira ação feita em auxílio ao estudante foi no governo de Washington Luís (1928), com a construção da Casa do Estudante Brasileiro em Paris (COSTA, 2011). Em 1930, a Casa do Estudante do Brasil começou a funcionar no Rio de Janeiro para auxiliar os estudantes mais carentes. No governo de Getúlio Vargas, a educação e assistência estudantil passaram a integrar a Constituição Federal de 1934 que, em seu artigo 157, previa a doação de fundos a estudantes necessitados, fornecendo material escolar, assistência alimentar, dentária, médica e bolsas de estudo (ARAÚJO, 2007 apud COSTA, 2011, p.5).

Em 1937, o governo buscava apoio político dos estudantes universitários, assim, o Ministério da Educação apoiou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), pela reunião do Conselho Nacional dos Estudantes. Essa foi, talvez, uma estratégia do governo para que a entidade fosse despolitizada, uma vez que foi criada para cooptar os estudantes contra o regime autoritário, com interesse de controle do Estado por mecanismos corporativos para que a entidade não fosse utilizada contra o regime autoritário (CUNHA 2007; ARAÚJO, 2007 apud COSTA, 2010, p. 57). Em 1938, depois da criação da UNE com apoio da Casa do Estudante do

Brasil, houve o rompimento com o governo por parte de ambas. Como a eleição para a presidência da UNE era realizada pelo conselho que era composto de delegados das instituições de ensino superior, sua orientação política foi mais próxima dos estudantes do que do Estado (CUNHA, 2007).

Na década de 1940, a assistência estudantil passou a ser garantida por lei com caráter de obrigatoriedade em todos os níveis de ensino. No artigo 166 da Constituição de 1946, a educação foi considerada um direito de todos, que deveria ser fornecida em casa e nas escolas, devendo se basear nos princípios de liberdade e solidariedade. No artigo 172 do mesmo diploma, era estabelecido que o ensino deveria ter assistência estudantil para garantir o avanço dos alunos carentes (COSTA, 2011).

No Estado Novo (1937- 1945) o ensino superior foi apontado pela centralização e autoritarismo. Dessa forma, as universidades não tinham autonomia e possuía o currículo rígido voltado para adquirir o diploma e não atendiam as necessidades da sociedade, sendo muito elitista, permanecendo essas características até 1950 (OLIVEIRA, 1997 citado por SANCHES, 2014).

No período da ditadura militar durante os anos de 1960, o movimento estudantil realizou várias reuniões para discutir a Reforma Universitária e os direitos dos estudantes. Em 1961, a UNE organizou em Salvador o Seminário Nacional de Reforma Universitária, que resultou na Declaração da Bahia. O documento reivindicava que as universidades fossem espaço de todos, o que deveria ser concretizado através da criação de cursos que fossem acessíveis a todos (COSTA, 2010).

Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que, em seu artigo 90, estabelecia a assistência social, médica, odontológica e de enfermagem aos alunos. Já no artigo 91 estavam estabelecidas bolsas de estudos de custeio total ou parcial e financiamento para reembolso no prazo de quinze dias para auxiliar os alunos em um primeiro momento. Assim, a LDB fez com que a assistência estudantil fosse um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos estudantes que necessitavam (COSTA, 2011). Sendo esta, a primeira lei a estabelecer diretrizes e bases para a educação nacional em todos os níveis (PALAVEZZINI, 2014).

Em 1964 com o golpe militar teve um rompimento da estrutura da educação superior no Brasil estendendo a universidade toda a repressão e privação de liberdade que foi imposta. A Reforma Universitária trouxe mudança como: nos currículos, nas verbas, ruptura da autonomia e perseguição de alunos e professores. Mas trouxe algumas melhorias como a extinção da cátedra e a utilização de departamentos; sistema de créditos semestral;

regulamentação da carreira e o trabalho docente; efetivou a pós-graduação; e criou a indissociabilidade entre docência, pesquisa e extensão (OLIVEIRA, 1997 citado por SANCHES, 2014).

Na Constituição de 1967, no artigo 168, a educação continuou sendo um direito de todos, porém, pela primeira vez se inclui o direito à igualdade de oportunidade. Em 1968, foi criada a Lei n.º 5.540, que instituiu a Reforma Universitária, determinando que os alunos tivessem direito a representação por meio do voto nos colegiados das instituições e nas comissões de estatutos e regimentos. Além disso, o artigo 40 estabeleceu que as atividades de extensão oferecessem uma maior participação do estudante com o desenvolvimento da vida da comunidade (COSTA, 2010).

Em 1970, o governo federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que era vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e tinha como objetivo manter uma política de assistência estudantil com alimentação, moradia e assistência médica-odontológica (FONAPRACE, 1996 apud COSTA, 2009, p. 8). No final dos anos 1980, o DAE foi extinto e a atuação da assistência ao estudante ficou fragmentada em cada instituição de ensino. A assistência estudantil passou a ser formada por ações escassas e pulverizadas e foi marcada da mesma forma que a assistência social por relações clientelistas que impediam a sua consolidação (IMPERATORI, 2017).

De acordo com Lima (1999), citado por Costa (2010), a UNE ficou treze anos na ilegalidade por conta da Lei Suplicy de Lacerda, criada pela ditadura militar. Isso acarretou na diminuição dos debates estudantis sobre a assistência dos alunos, sendo que o debate de moradia só voltou a ser feito quando a UNE voltou para legalidade.

Em 1987, surgiram duas grandes frentes políticas de discussões educacionais, com foco na assistência estudantil, que foram o FONAPRACE (Fórum Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) e a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Essas iniciativas defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior com objetivo de garantir igualdade de oportunidades e proporcionar condições básicas para a permanência do aluno e conclusão do seu curso. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, tem-se um grande avanço na conquista de direitos sociais como um todo, uma vez que a educação passa a ser direito de todos e dever do Estado (VASCONCELOS, 2010).

No artigo 214 da Constituição de 1988, foi estabelecida a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), que deveria ser elaborado pela União com auxílio dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Em 09 de janeiro de 2001, o plano foi implementado pela Lei n.º 10.172.

O PNE foi elaborado e definiu os critérios com objetivo de articulação e desenvolvimento de todos os graus de educação, bem como a integração das ações do Poder Público. Porém, a assistência estudantil como um auxílio do governo na graduação só foi efetivada com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE, que foi paralelamente ao PNE, tem sua atuação voltada para a assistência estudantil das universidades federais, com objetivo de atender as demandas e articular os diferentes níveis de ensino (COSTA, 2009).

Na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, tem-se o sucateamento da educação, a expansão das universidades particulares e a política de assistência estudantil era praticamente inexistente (VASCONCELOS, 2010). Em 1995, havia um total de 894 instituições de ensino superior, sendo que dessas 684 eram privadas e 210 eram públicas - incluindo federais, municipais e estaduais (COSTA, 2010). Com a promulgação da nova Lei de Diretriz e Bases (LDB) em 1996, foi reforçado o princípio de igualdade na educação e de pensar as necessidades dos estudantes, agora com um viés mais equitativo (VASCONCELOS, 2010).

Em 1999, através da Medida Provisória n.º 1.827, foi criado o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior), que financia os cursos de graduação no Ensino Superior privado (COSTA, 2009). Em 2004, foi criado o Prouni (Programa Universidade para Todos), que possibilita bolsas de estudos parciais e integrais em instituições privadas de educação superior. Para bolsas integrais o aluno deve ter renda familiar bruta de até um salário mínimo e meio por pessoa e para bolsas parciais de 50% até três salários mínimos por pessoa. Além disso, é necessário o aluno preencher um dos seguintes requisitos: ter estudado o ensino médio completo em escola pública ou em escola particular com bolsa integral; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino (nesse caso não há requisito de renda). Ademais, o programa concede isenção de tributos para as instituições que se associarem (COSTA, 2009).

Em 2001, é implementada a política de ação afirmativa nas instituições de ensino superior, que consiste na reserva de vagas nos processos seletivos para negros, pardos, indígenas e alunos que advindos de escolas públicas (COSTA, 2010). Essas políticas se dividem em cotas raciais (afrodescentes e/ou indígenas); cotas sociais (alunos que vieram de escola pública ou de baixa renda) e as cotas raciais e sociais que é a junção das duas anteriores (MORCHE, 2019, apud COSTA, 2010, p.54).

Com a promulgação do Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, é instaurado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como objetivo a criação de condições para que as universidades federais aumentem o acesso e garantam a permanência dos alunos no ensino superior (COSTA, 2009).

Em 12 de dezembro de 2007, temos o marco da assistência estudantil do país, com a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula, que objetiva:

atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica. O programa estabelece em seu parágrafo único que: Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico (VASCONCELOS, 2010, p. 612, 613).

O projeto PNAES prioriza a permanência dos alunos no ensino superior e mostra que é importante que se invista em moradia, alimentação, saúde, transporte e creche. Além disso, traz a importância das casas de estudantes, uma vez que 30% dos jovens que entram na universidade saem das casas de suas famílias. O PNAES entende a relevância de tais fatores para a formação dos alunos, que devem ser formados com qualidade e comprometimento com a sociedade, cabendo também à instituição as questões sociais. O projeto visa fazer uma ligação com a pesquisa, ensino, extensão e apoio ao estudante (COSTA, 2010).

Em 26 de janeiro de 2010, foi instalado o Sistema de Seleção Unificada (SISU) que foi implementado com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior. Foi proposto como um modelo nacional de entrada nas universidades para substituir os vestibulares tradicionais. O SISU é um sistema informativo implementado pelo MEC, no qual as instituições de ensino superior oferecem vagas para todos que tenham feito o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Os estudantes podem se inscrever em vagas em todas as universidades do país com a sua nota no exame (CARVALHO, 2013).

Em agosto de 2012, foi instituída a Lei n.º 12.711 (Lei de Cotas). Ela estabelece a reserva de, no mínimo, 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para alunos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas. Dentre essas vagas, 50% devem ser reservados aos alunos que vêm de família com renda inferior a 1,5 salário mínimo per capita (DUTRA; SANTOS, 2017).

Cabe destacar que a assistência estudantil foi conquistada pelo resultado de intensas lutas sociais, lideradas principalmente pelo movimento estudantil, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace). Essas entidades foram as mais engajadas na luta por uma assistência estudantil como direito social e como política pública (DUTRA; SANTOS, 2017).

Porém, depois de anos em crise política e econômica, começaram os cortes na educação. Em 2016, foi aprovada a PEC n.º 55 que estabelece um teto fixo para os investimentos em saúde e educação pelo período de vinte anos (BRASIL, 2016). De acordo com Amaral (2016), não restam dúvidas sobre o poder de “destruição” desta metodologia, que se mostra devastadora nas áreas sociais (educação, saúde, previdência social e assistência social) e que pode provocar um grande retrocesso na pirâmide social brasileira.

Em 30 de abril de 2019, o ministro da educação Abraham Weintraud, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, declarou o corte de verbas em três universidades (UFF, UFBA e UNB), associando o corte ao baixo desempenho e à “balbúrdia”. No mesmo dia, depois de várias críticas, informou que o bloqueio seria para todas as universidades e institutos federais. O bloqueio foi de uma parte do orçamento das 63 universidades e 38 institutos federais de ensino. No total, o corte foi de R\$1,7 bilhão - que representa 24,84% dos gastos não obrigatórios e 3,43% do orçamento total das universidades federais. Os efeitos dos cortes afetam diversas atividades das universidades, tais como bolsas, restaurante universitário, pagamento de funcionários, compra de materiais etc. (TENENTE e FIGUEIREDO, 2019; ROSSI, 2019; MARQUES et al., 2019).

As investidas de ataque à educação pública não pararam e, em 17 de julho de 2019, o Ministério da Educação lança o Future-se, que tem a proposta de reestruturar o financiamento do ensino superior público com ajuda do capital privado. O argumento é que as instituições tenham maior autonomia financeira, podendo gerar receita própria, partindo de contratos com organizações sociais. O programa quer que as universidades “repassem” os custos com as despesas de gestão para instituições privadas, atuando dentro de alguns modelos de negócios na justificativa de aumentar sua verba (BASÍLIO, 2019).

A atual conjuntura de cortes nas instituições de ensino superior vem junto com diversas estratégias de desregulamentação e ataque aos direitos trabalhistas. A educação brasileira vem passando por um clima conservador e antidemocrático, que vem se instaurando no âmbito do debate educacional - tanto na educação básica quanto na superior (MANCEBO, 2017).

Na história da sociedade brasileira fica delineada a fase de sistema de elite que, por razões econômicas, políticas, sociais e culturais, vêm sendo demasiadamente transformada por meio de políticas de corte “neoliberal-conservador” e “neodesenvolvimentista-populista” (GOMES, 2008 apud GOMES e DE MORAES, 2012). Por muito tempo, o crescimento do sistema não teve a preocupação efetiva das autoridades responsáveis pela formulação e implementação das políticas de educação superior.

Os números de crescimento foram inexpressivos por um grande período de tempo e a expansão das instituições de ensino superior foi baseada no discurso de que universidade é privilégio, e, dessa forma, no âmbito econômico, era alinhada justamente para promover os interesses das classes dominantes. De fato, acontecem mudanças importantes, como o aumento do número de matrículas nas instituições de ensino superior, porém, não houve uma ruptura que permitiu que os membros da classe trabalhadora, que historicamente são deixados à margem de determinado tipo de capital cultural e escolar, realizassem o sonho de cursar a educação superior (GOMES e DE MORAES, 2012).

A expansão do acesso ao ensino superior traz um processo de reordenação, no qual a desigualdade se faz presente por meio de uma inclusão que, quando é precária, tende a legitimar as desigualdades existentes na sociedade. Essa exclusão se mostra de diversas formas, como no aumento de vagas se destacado da qualidade ou quando a instituição procura legitimar e manter os privilégios das classes superiores (PEREGRINO, 2010).

Para que haja uma efetiva democratização do ensino superior é necessário ter políticas abrangentes de ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, com o aumento dos quadros docentes e técnicos, infraestrutura, planejamento e gestão, novas tecnologias pedagógicas, entre outros. Além disso, é necessária a consolidação de programas que sejam efetivos para a permanência dos alunos no sistema de ensino, principalmente para aqueles que são oriundos de classes socioeconômicas mais baixas/desprivilegiadas. A Política de Assistência Estudantil mostrou-se, ao longo dos anos, como uma forma de garantir a permanência no ensino superior. A inclusão de uma política social no ensino superior tem um importante papel para a redução das desigualdades existentes na sociedade, e nas instituições escolares enquanto espaço de reprodução e produção de relações sociais (ASSIS et al., 2013).

### **2.1.2 Assistência estudantil e vulnerabilidade socioeconômica**

Tendo em vista o sucateamento da Educação Básica e Fundamental no Brasil que dificulta que muitos jovens possam disputar uma vaga nas universidades públicas. Além da ofensiva neoliberal, que faz com que os alunos não consigam se manter na universidade, seja pela democratização do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, ou pela diminuição da qualidade de vida da população brasileira. Muitos jovens começam sua vida no trabalho muito cedo para ajudarem a família, ou para terem alguma “liberdade econômica”. Fazendo com que assim, fiquem em desvantagem em alguns cursos que exigem tempo integral. O reflexo desses fatores é a materialização do fenômeno da evasão, que contribui também para o aumento



da procura por cursos mais rápidos, a distância ou oferecidos em universidades privadas. Dessa forma, não é suficiente só o aumento de vagas no ensino superior é necessário que se defina mecanismos de fixação desse não tão novo quadro de alunos que está ingressando na universidade (LEITE, 2012).

A taxa de escolarização dos brasileiros, analisando todas as etnias, se relaciona diretamente com as condições financeiras. Quanto melhor as condições financeiras, maior é o número de pessoas matriculadas na educação superior. Portanto, o acesso ao ensino superior está diretamente relacionado com o trajeto social, econômico e cultural que os sujeitos criam no decorrer da vida. Em uma sociedade marcada pela imensa desigualdade de bens econômicos, sociais e culturais, a chance de garantir acesso a uma instituição pública de ensino superior é possível principalmente para aquela parcela da população que tem melhores condições financeiras. Dessa forma, é cabível, e muito necessário, que existam políticas que democratizem o acesso à educação pública. (DE MEDEIROS ROSA, 2014)

As políticas de assistência estudantil no ensino superior têm como finalidade destinar recursos e formas para que os alunos permaneçam na universidade e possam se formar (COSTA, 2009). A assistência estudantil é composta por diversos tópicos, como já definidos pelo PNAES, que são: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico. O PNAES define as ações que devem ser feitas, e não como devem ser feitas, de modo que dá maior autonomia para que as instituições de ensino diversifiquem seus programas. Quanto à moradia estudantil, por exemplo, em algumas universidades existem residências universitárias, nas quais são disponibilizadas toda a estrutura, enquanto em outras universidades são disponibilizadas bolsas para despesas com moradia. O mesmo acontece com a alimentação, em algumas instituições se tem o restaurante universitário e em outras é disponibilizado um certo valor financeiro para cobertura dos gastos. Cabe ressaltar que existe a possibilidade de o aluno ter mais de um auxílio ao mesmo tempo, podendo ter moradia, alimentação, transporte. O público alvo da assistência estudantil são os alunos vulneráveis socioeconômicos (IMPERATORI, 2017).

A assistência estudantil enquanto direito social, tem como objetivo promover condições necessárias para superação dos obstáculos e impedimentos do bom desempenho acadêmico, assim como diminuir a taxa de abandono e trancamento de matrícula. Ela está dentro de várias áreas dos direitos humanos, tendo ações que criam condições de saúde, acessos aos materiais pedagógicos, formação profissional nas mais diversas áreas, acompanhamento das necessidades educativas especiais e fornecimento de recursos mínimos para a sobrevivência do aluno, tais como moradia, transporte, alimentação e recursos financeiros (VASCONCELOS, 2010). As

demandas que são colocadas para o atendimento das políticas de permanência têm trazido a necessidade de uma definição do perfil de vulnerabilidade realizado por meio de um estudo socioeconômico, classificando os estudantes a serem atendidos. Nos últimos vinte anos, os estudos sobre vulnerabilidade social passaram a ser mais discutidos como forma de investigação da realidade atual do mundo do trabalho (PEREIRA e ALMEIDA, 2015).

Não existe um critério único adotado pelas universidades para a avaliação socioeconômica de seus alunos, nem mesmo uma definição exata de o que é vulnerabilidade. O critério de avaliação socioeconômica em uma universidade em Minas Gerais se baseia na proposta de avaliação socioeconômica criada pelo FONAPRACE em 1993. A proposta se baseia em dez tópicos que são: renda per capita da família, profissão e status do principal responsável, formação familiar, posse de bens imóveis e veículos, antecedentes escolares do estudante, moradia do aluno, meio de transporte para a universidade, participação do aluno na renda familiar e município de origem. A avaliação de todos os tópicos supracitados estabelece uma nota e, se o aluno é classificado em uma escala que vai de 0 a 8, ele está em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo a pontuação 0 a que denota maior situação de vulnerabilidade e 8, a menor situação de vulnerabilidade dentre os assistidos, mas, ainda assim, estudantes com tal pontuação também se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica (CARVALHO, 2013).

Com o decreto nº 7.234 que estabelece o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) a assistência estudantil passa a ser lei e dessa forma é um direito a assistência estudantil, não se trata de merecimento. O PNAES vem com intuito aumentar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. E deve desenvolver ações nas áreas de: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Além disso, fica estabelecido no PNAES que a assistência estudantil deve estabelecer a igualdade de oportunidades e contribuir para melhorar o rendimento acadêmico e agir preventivamente nos casos de retenção e evasão que são causados pela insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010)

Para avaliar e propor novas formas para o programa de estudo socioeconômico se passa por aspectos organizacionais e instrumental técnico operativo dos profissionais da equipe, podendo gerar mudanças sociais na entrada dos estudantes. É necessário pensar sobre a definição da metodologia que determina os critérios de inclusão na política de permanência, pois é preciso notar as constantes mudanças da realidade social dos estudantes em situação de

risco de evasão ou com dificuldades de aproveitamento do ensino. (PEREIRA e ALMEIDA, 2015).

A evasão pode ter diversas causas como: falta de adaptação no ensino superior; formação básica deficiente; dificuldade financeira; dificuldade com transporte, alimentação entre outros. (LOBO, 2012) O gestor tem que avaliar as medidas que promove o acesso e criar condições para a superação das situações de vulnerabilidade social (PEREIRA e ALMEIDA, 2015). A vulnerabilidade social é uma zona intermediária instável que compreende a precariedade do trabalho e a fragilidade do apoio de proximidade sendo ela se aquele aluno tem apoio estrutural e emocional, no sentido de ter pessoas próximas que podem o auxiliar caso surja alguma demanda. Com a crise econômica, aumento do desemprego e subemprego, a zona de vulnerabilidade aumenta (CASTEL, 1997a apud PEREIRA e ALMEIDA, 2014).

Assim, percebe-se que as situações de vulnerabilidade no trabalho são resultados da sociedade capitalista, que é movida pela competição e guiada por um pensamento que reproduz a desigualdade social. Dessa forma, vulnerabilidade social é composta por pessoas e lugares que são excluídos socialmente, sendo elas famílias, indivíduos que mostram sinais de risco social e tornam-se excluídos dos bens e recursos que são oferecidos pela sociedade (PEREIRA e ALMEIDA, 2015).

O cenário da Gestão da Assistência Estudantil no ensino superior é dinâmico e mudanças como o perfil socioeconômico e aumento da demanda dos estudantes, fazem com que seja necessária uma análise dos métodos usados nas ações socioassistenciais. As políticas de acesso e permanência do Ministério da Educação definem a vulnerabilidade trazendo a renda per capita como fator excludente na sua concessão. A vulnerabilidade é medida através da linha de pobreza, sendo definida pelo hábito de consumo das pessoas e pelo valor de um salário mínimo e meio. A concepção do PNAES e das bolsas permanência do MEC definem como fator prioritário de concessão a vulnerabilidade enquanto renda per capita. O desafio que está colocado é definir um perfil socioeconômico que deixe de lado a visão mercantilista e amplie a visão sobre a vulnerabilidade social (PEREIRA e ALMEIDA, 2015).

Dar prioridade ao acesso e permanência com a política de Assistência Estudantil é um processo contínuo e só serão assim efetivados com políticas estruturais auferidas e usufruídas por todos os alunos e financiadas exclusivamente com a verba do Estado. Dessa forma, a universidade garantiria a concretização da assistência aos alunos como um direito, assim sendo transformada de fato em política pública (LEITE, 2012). Sendo assim, é necessário que a assistência estudantil passe a ser uma política de Estado e não uma política de governo.

## 2.2 Trancamentos de matrículas e os desafios para permanecer no ensino superior

O trancamento de matrículas é a interrupção do curso a pedido do estudante, mantendo ainda o vínculo com a instituição. O prazo de duração e período tolerado depende de cada instituição. Além disso, o trancamento é considerado temporário - espera-se que o aluno retorne para o curso (GONÇALVES, 1997; OLIVEIRA e SOUZA 1998 apud POLYDORO, 2000). Já o conceito de evasão leva em consideração os estudantes que abandonaram, trancaram, desligaram ou transferiram-se para outra universidade. Há três modalidades de evasão segundo o Ministério da Educação (MEC) no Censo de 2009, que são: desligamento do curso superior em função de abandono (não matrícula); transferência ou reescolha; trancamento ou exclusão por norma institucional; evasão da instituição de ensino (desligamento da universidade que está matriculado) e evasão do sistema (abandono definitivo ou temporário do ensino superior) (RODRIGUEZ, 2011). Como o trancamento de matrícula é analisado como uma forma de evasão, apesar de ser uma saída da universidade considerada que haverá retorno. Foi abordado neste tópico a evasão como forma de contextualização do tema de saída da universidade com o trancamento de matrícula.

Na universidade estudada existem dois tipos de trancamento de matrícula sendo eles: trancamento parcial, quando o aluno solicita cancelamento de uma matrícula de um ou mais componentes curriculares em que estiver matriculado; trancamento geral do curso, que é quando o aluno pede suspensão temporária de todas as atividades acadêmicas, mas ainda assim mantendo vínculo com o curso e a universidade (BRASIL, 2018). Nesse sentido, a pesquisa realizada visa analisar o trancamento geral de matrículas em relação à vulnerabilidade socioeconômica dos alunos.

A evasão pode ser definida como um fenômeno educacional complexo, que acontece em todos os tipos de instituições de ensino e afeta todo o sistema educacional. Sendo entendida como a perda do estudante nos diversos níveis de ensino, a evasão traz consequências sociais, acadêmicas e econômicas, assim, influenciando todo o desenvolvimento humano em todos os locais. (MOROSINI, et al. 2011) A evasão é um dos problemas no Ensino Superior Brasileiro, seja público ou privado. A saída do aluno sem o término de seus estudos é uma perda social, de recursos e de tempo de todos envolvidos no processo de ensino. Toda a sociedade perde com a evasão (LOBO, 2012). O estudo de Polydoro (2000) trouxe que os estudantes entendem o trancamento de matrícula como uma possibilidade de continuação do vínculo com a instituição, pensando no reingresso e entendendo a situação como algo transitório. Porém, apenas 9,65%

dos alunos que realizaram trancamento ou cancelamento fizeram a rematrícula, em um período de 5 anos.

O número de matrículas no ensino superior brasileiro dobrou na última década, entretanto os dados mostram que menos da metade dos alunos que ingressaram conseguiram terminar o curso no prazo regular de tempo. As matrículas cresceram cerca de 33% de 2010 a 2015, mas o número de formandos não cresceu na mesma intensidade, cerca de 17% nesse mesmo período, segundo os dados do Censo da Educação Superior, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2014 (LIMA e ZAGO, 2018).

As políticas promovidas pelo governo - como PROUNI, FIES, SISU, ENEM, PNAES, REUNI, Lei de Cotas - contribuíram para aumentar o acesso à educação no ensino superior. A cada ano são registradas dois milhões de novas matrículas, porém, o número de formandos é de, em média, um milhão. Mais da metade dos estudantes brasileiros não chegam a concluir sua formação de acordo com estatísticas e diversas pesquisas trazem como explicações para tal fato que tem crescido o número de alunos retidos ou evadidos dos cursos (LIMA e ZAGO, 2018).

Segundo Bardagi e Hutz (2009) citado por Imperatori (2017), os estudos apresentam diversas causas para a evasão no ensino superior, como descontentamento com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo, mau relacionamento professor-aluno, pouca integração social à universidade, expectativas não correspondidas e falta de informações sobre curso e profissão, mau desempenho acadêmico e reprovações, problemas financeiros.

Junto com esses fatores, a questão socioeconômica também é uma das grandes causas de impacto na permanência no ensino superior. Dessa forma, é importante pensar em formas para uma efetiva democratização da educação, que amplie o acesso e fortaleça o ensino público, além de políticas que proporcionam a permanência dos estudantes nas instituições de ensino (VASCONCELOS, 2010 apud IMPERATORI, 2017).

De acordo com o estudo do Instituto Lobo, a evasão tem diferentes tipos e formas de definir e as principais causas de evasão no ensino superior são: a) inadaptação do ingressante ao estilo do Ensino Superior e falta de maturidade; b) formação básica deficiente; c) dificuldade financeira; d) irritação com a precariedade dos serviços oferecidos pela IES; e) decepção com a pouca motivação e atenção dos professores; f) dificuldades com transporte, alimentação e ambientação na IES; g) mudança de curso; e h) mudança de residência (LOBO, 2012).

De acordo com Vargas (2008), fatores como capitais social e econômicos influenciam na permanência dos alunos. Uma vez que o capital social é um conjunto das relações sociais onde o sujeito pode ter vantagens materiais e simbólicas. E aqueles estudantes que tem menores

condições financeiras tem dificuldades de cunho material que pode tornar esse processo muito difícil. Dessa forma, Vasconcelos (2010) entende a assistência estudantil como importante para superar os obstáculos e ter um bom desempenho acadêmico, minimizando as situações de abandono e trancamento. Além disso, a assistência estudantil se faz importante no cenário brasileiro devido às grandes taxas de desigualdade social que se mostram na permanência dos alunos (Araújo, 2003).

Em uma pesquisa divulgada em 16 de maio de 2019 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), foi levantado o perfil dos estudantes de graduação das Universidades Federais. A pesquisa mostrou que 70,2% dos estudantes são de famílias com baixa renda - 26,61% dos alunos têm renda per capita de até meio salário mínimo, 26,93% de até um salário mínimo, e 16,61% de até um salário e meio. Assim, percebe-se a importância de se reconhecer os aspectos socioeconômicos como fator importante para possibilitar a permanência dos alunos no ensino superior (IMPERATORI, 2017).

Ingressar no ensino superior cada dia mais vem ganhando grande importância e sendo o sonho de diversos jovens, todavia, para muitos, tudo não passa de um sonho. Isso porque nas universidades federais o aluno esbarra com as altas relações de candidato por vaga e nas particulares falta dinheiro para pagar as mensalidades. Os alunos de escola pública são a maioria daqueles que cursam o ensino médio, ao mesmo tempo são a minoria no ensino superior. Além disso, os alunos de escola particular têm maior preparação, o que faz com que tenham acesso às universidades públicas com mais facilidade (ALVARENGA et al. 2012).

Foi divulgado no início de novembro de 2019 que pela primeira vez o número de estudantes negros e negras é maioria nas instituições públicas do país. Porém, esse dado divulgado pelo IBGE deve ser questionado. A pesquisadora Anna Venturini, pós-doutoranda do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), afirmou que esses dados merecem ser comemorados, porém, é necessário analisar com mais profundidade e menos pressa. Anna ressalta quais são essas universidades públicas que os alunos pretos ou pardos estão indo, se estão em boas universidades ou se são universidades mais novas que estão se estruturando, e se esses estudantes estão nos cursos que tem maior prestígio como Direito e Medicina (AMORIM, 2019). Além disso, cabe questionar, será que esses estudantes são a maioria dos formandos? Será que eles estão conseguindo permanecer na universidade? A diferença entre os estudantes de baixa e alta renda vai além da questão financeira, havendo também desigualdades de oportunidade entre classes sociais. Essa diferença faz com que a seleção de candidatos para as

universidades públicas seja um processo elitista que dificulta o ingresso de estudantes que vieram de escolas públicas (VASCONCELOS; LIMA, 2004 apud ALVARENGA, 2012).

Alunos desmotivados no ensino público é, muitas vezes, o reflexo das dificuldades socioeconômicas de suas famílias, o que dificulta que o estudante possa se dedicar integralmente aos estudos, diferentemente da maioria dos alunos que vêm de escolas particulares. A desigualdade social impõe limites aos estudantes vulneráveis socioeconômicos, uma vez que precisam trabalhar para se sustentar e sustentar sua família, ao mesmo tempo em que precisam de estudo para conseguir trabalho (ALVARENGA et al. 2012).

O tempo que é utilizado trabalhando enquanto forma de sobrevivência coloca limites acadêmicos, como, por exemplo, dificultando a participação em encontros organizados dentro e fora da universidade, nos trabalhos em grupo, nas festas organizadas pela turma, entre outras coisas. Muitos estudantes se sentem excluídos de muitas atividades, como congressos e conferências, e as dificuldades econômicas se juntam a outras, como uma luta entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer. Essa luta é expressa em diversas situações, tais como carga horária de trabalho, falta de tempo para fazer as atividades do curso, privação de ordem social e cultural em razão da falta de dinheiro (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, comprar livros e revistas etc.) (ZAGO, 2006).

Para famílias com maiores condições ou familiarizadas com o meio acadêmico, a universidade pode representar só mais uma etapa na vida escolar. Assim, a entrada no ensino superior é dada como “certa” ou muito provável. Já para as famílias com menores condições, e em geral compostas por pessoas negras, entrar na universidade significa um grande feito, já que isso em seus pensamentos estava ausente ou pouco provável. A entrada de um integrante destas famílias na universidade e sua permanência tem dois sentidos: individual e grupal, uma vez que ser universitária (o) traz a possibilidade de alterações positivas no futuro e no círculo social. Dessa forma, a direção da permanência é única para as duas famílias - ficar até o final do curso -, mas para a segunda o sentido é duplo (SANTOS, 2009).

Para permanecer na universidade são necessárias condições materiais que permitam esta continuação. É necessário dinheiro para compra de livros, alimentação, transporte. Mas é necessário também apoio pedagógico, valorização da autoestima, referenciais docentes. Sendo assim, a permanência na Universidade se dá em dois pontos: a) uma permanência relacionada às questões materiais de existência na Universidade (permanência material), e b) a permanência relacionada com as condições simbólicas de existência na Universidade (permanência simbólica) (SANTOS, 2009).

Na tentativa de ter condições para permanecer materialmente na Universidade, alguns estudantes abrem mão de conhecer a universidade em sua totalidade para trabalhar e essa escolha tem impactos na sua permanência simbólica, uma vez que repercute de diversas formas sobre o desempenho e sobre a vida acadêmica. Os alunos que estão em atividades que lhe consomem grande parte do seu tempo e que não têm ligação com os estudos, acabam enfrentando dificuldades em conciliar estudos e trabalho, pois, em regra, o tempo disponível para estudar é reduzido, contribuindo para alguns resultados insuficientes e atrasos no curso. Desse modo, é possível afirmar que os estudantes trabalhadores terminam excluídos e não participando de várias atividades que propiciam sua participação na nova cultura. Além disso, a situação de inadaptação, de exclusão e de discriminação impede a permanência simbólica destes estudantes (SANTOS, 2009).

Falar de desigualdade de acesso à educação superior requer olhar de uma forma mais atenta para as problemáticas históricas da discriminação e exclusão social de diferentes grupos. A discriminação no Brasil atinge diferentes indivíduos, como os negros, mulheres, indígenas, homossexuais, portadores de necessidades especiais, portadores do HIV ou doentes de AIDS, moradores de certas regiões do país, os que moram em favelas, dentre outros grupos marginalizados, cabendo destacar que a discriminação atinge ainda mais fortemente as pessoas que pertencem a mais de um desses grupos. Discriminação que se expressa em diferentes formas, que nem sempre são tão perceptíveis. Os dados sobre educação superior, principalmente os divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), deixam evidente a desigualdade de acesso e permanência no ensino superior e sua relação com as questões de classe, gênero e etnia (GISI, 2006).

As instituições públicas e privadas dão como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros para o aluno continuar os estudos. Esse argumento também é o que os estudantes declaram quando perguntados sobre o principal fator da evasão (RODRIGUEZ, 2011).

O perfil do estudante atualmente vem sendo diferente daquele que era conhecido como o estudante “clássico” - aquele que tem tempo para poder estudar, formação intelectual que vai além dos conteúdos curriculares, financiamento familiar, disposição para atividades sociais e culturais diversificadas. O “novo” perfil de estudante é aquele que não tem condições necessárias para estudar, tem pouco contato com objetos intelectuais e artísticos da cultura dominante, trabalha durante o dia enquanto estuda nos cursos noturnos, tem pouco tempo e recursos para participar das atividades acadêmicas que vão além da aula. Assim, é necessário que as instituições do ensino superior tenham uma outra visão sobre esse “novo” perfil de



estudante e para todas as necessidades que demandam esse novo perfil, as quais interferem na permanência na graduação (BRITO et al. (2008) apud SANTOS et al. (2017)).

Dessa forma, com esse “novo” perfil de estudante e as demandas que são colocadas para a utilização das políticas de permanência têm trazido a necessidade de uma definição do perfil de vulnerabilidade realizado por meio de estudo socioeconômico, que classifica os estudantes que serão atendidos (PEREIRA e ALMEIDA, 2015)

### **2.3 Capital Cultural e as desigualdades educacionais**

Em seus estudos, Bourdieu (1989) afirma que a origem social dos alunos leva às desigualdades escolares e que essa desigualdade faz com que se reproduza o sistema de posições e dominação. Bourdieu e Coleman (1988) usam o conceito de capital não só na questão econômica, mas também na questão cultural. Dois conceitos importantes para Bourdieu (1982) são os tipos de capital e ação pedagógica. Capital pode ser definido em: a) econômico, reunido por investimentos e passado pela herança e oportunidades lucrativas; b) cultural, referente às capacidades intelectuais passadas pela família ou instituições; c) social, obtido na variedade das relações sociais; e d) simbólico, ligado aos costumes característicos de cada grupo social, às regras de boa conduta.

Neste sentido, é importante destacar que Bourdieu (1989) enxerga o lugar social como um campo de lutas onde os indivíduos e grupos vão criar estratégias para que possam melhorar ou se manter na sua posição social. As instituições de ensino superior estão atendendo em sua maioria um “novo aluno”, que vem de uma classe social que até então não tinha acesso à Educação Superior, e que normalmente, tem condições menores para os estudos e pouca vivência com objetos intelectuais e artísticos da cultura hegemônica. Além disso, o papel social da universidade deve ir além das questões mercantis no sentido de profissionalização da mão de obra. A finalidade deve ser formar os sujeitos para que tenham exercício da crítica e pensamento reflexivo, sendo capazes de lidar com conhecimentos rebuscados com independência. O compromisso das universidades deveria ser com o desenvolvimento de uma sociedade justa e comprometida com a cidadania e a democracia. (BRITTO, et al. 2008)

Tais estratégias estão relacionadas com vários tipos de capital. Para Bordieu (1989), a educação escolar (uma forma do capital cultural) é uma maneira tão favorável quanto o capital econômico para a determinação e reprodução das posições sociais. Nas pesquisas realizadas em conjunto com Passeron (1964,1970), os autores discutem a seletividade educacional que exclui e marginaliza os alunos vindos de classes populares, e, por outro lado, privilegia os alunos mais

favorecidos de capital econômico, cultural e social, colaborando para a reprodução, de geração em geração, dos capitais acumulados. Assim, essa teoria se opõe à ideia de que existe igualdade de oportunidades no sistema educacional (BONANINO et al. 2010).

Além disso, existem artifícios de acúmulo e manutenção do capital entre as pessoas para que consigam um melhor posicionamento dentro do campo, tendo como estratégias biológicas, de sucessão, investimento econômico, educativas e simbólicas. A ação pedagógica, por sua vez, é a imposição de uma cultura dominante. Ela autentica a cultura por obrigação e inculcação, formando o habitus da pessoa com a cultura dominante (ALMEIDA, 2005).

De acordo com Bourdieu (1979), o capital cultural pode existir de três formas - incorporado, objetivado e institucionalizado - e seu acúmulo inicial começa desde o princípio, sem atraso e perda de tempo, pelos integrantes das famílias que possuem um forte capital cultural. Na forma incorporado, constitui o elemento do contexto familiar que opera de forma mais marcante no futuro escolar da geração, uma vez que a herança familiar ajuda no aprendizado dos conteúdos e normas escolares, sendo uma ponte entre o mundo da família e da escola. Na forma de objetivado, o capital cultural se dá na forma de bens culturais, como livros, pinturas, esculturas e através do fato de que, para ter esses bens, é necessário ter capital econômico.

Contudo, para poder utilizar-se desses bens é preciso ter formas de apropriação e códigos necessários para entendê-los, de modo que necessário possuir capital cultural no estado incorporado. E, por último, o capital cultural institucionalizado se dá na forma de títulos escolares. O nível de investimento na vida escolar está ligado ao retorno que se pode obter com o título escolar, especialmente no mercado de trabalho. Esse retorno pode ser alto ou baixo, quanto mais fácil é o acesso ao título escolar mais desvalorizado passa a ser, fenômeno chamado de “inflação de títulos” por Bourdieu (BONANINO et al. 2010).

Bourdieu e Passeron (1982) dizem que a função ideológica escolar está atribuída à sua aparente autonomia das estruturas objetivas, o que traria ao sistema escolar certa neutralidade. Desse modo, tornando seus agentes como seres inquestionáveis, o que por ser eficaz na manutenção e reprodução social. A dissimulação no sistema escolar não dá possibilidades aos seus agentes para que vejam sua dependência e instrumentalização em relação à estrutura objetiva. Assim, a autonomia do sistema escolar esconde o fato da escola ser um instrumento ideológico que serve às demandas da classe dominante (ALMEIDA, 2005).

Segundo Bourdieu e Passeron (1964), os alunos que vem de classes sociais mais privilegiadas são os que mais se beneficiam da cultura escolar porque sabem jogar as regras do jogo. Contudo, o nível de adesão ao jogo intelectual e aos valores que eles trás não são

independentes da origem social (DE ALMEIDA CUNHA, 2007). As experiências anteriores as escolhas dos estudantes não podem ser desconsideradas, uma vez que não são neutras, mas são influenciadas por diversos fatores. Nesse contexto, ressalta-se a família e os demais grupos de referência, os meios de comunicação, a baixa concorrência do curso, o desejo de melhoria social, entre outros. (SARAIVA; FERENC, 2010)

Com a obra de Bourdieu (1960) identifica-se uma nova forma de pensar a educação e a escola, passando a ser considerada como uma das principais instituições que mantém e legitimam os privilégios sociais. O autor rompe com a ideia de uma instituição isenta de qualquer parcialidade, que difunde um conhecimento lógico e prático para selecionar seus estudantes, baseando-se sempre em critérios racionais. Bourdieu entende que as ações dos agentes educativos devem ser consideradas pelas interrelações entre suas produções simbólicas e suas estruturas de dominação social, precisando ser analisadas pelas suas origens e classificações sociais.

Dessa forma, o contexto social que o sujeito está inserido afeta diretamente sua trajetória socioeducativa. O sujeito, em sua trajetória vai depender de condições materiais e sociais de existência, podendo acumular por meio do local em que vive das pessoas em que convive das práticas sociais que realiza, entre outras, sendo o que Bourdieu (1960) caracterizou como capital cultural. Passando a ser incorporado pelo sujeito, como herança cultural e social, transmitida para ele por sua família ao longo de sua vida. Sendo assim, o capital cultural dos pais influencia diretamente a formação do capital cultural de seus filhos, não só pelo fato de ser transmitido a eles, mas por escolher a permanência ou não do sujeito na escola, a mudança de uma por outra com outros valores, e até na escolha do curso superior e percepção das verdadeiras condições de acesso. (SARAIVA; FERENC, 2010)

Para Bourdieu (1982), a escola é uma instituição essencial na formação do ser social, pois trabalha com a educação formal (ALMEIDA, 2005). Porém, de acordo com Almeida (2005), a escola não consegue fazer com que se diminuam as diferenças entre os alunos, mas sim, reforça e reproduz tais diferenças ao utilizar uma forma de saber transmissível à cultura dominante com todas as dificuldades sociais existentes. (SARAIVA; FERENC, 2010). No mundo moderno, a legitimidade é baseada na liberdade e igualdade das pessoas, de forma que o poder não se manifesta tão abertamente como no passado. No passado, pertencer à família e à classe social certas dava a garantia de ser aceito pelos dominados, onde os privilégios eram “justos” em razão da suposta “superioridade natural” dos bem-nascidos.

Atualmente, os privilégios continuam sendo passados pela herança familiar e de classe. Existiria, na contemporaneidade, uma “igualdade de oportunidades” que seria a forma de

conciliar a igualdade e liberdade. Sendo assim, os privilégios que resultam disso não seriam “desigualdades fortuitas”, como anteriormente com a dominância passada por sangue, mas “desigualdades justas” que são decorrentes do esforço e desempenho diferencial do indivíduo. Assim, o que garante a “justiça” e a legitimidade do privilégio moderno é ele ser considerado como conquista e esforço individual. A ideologia principal do mundo moderno é a “meritocracia”, que consiste na ilusão de que os privilégios modernos são “justos” (SOUZA, 2009).

O sistema capitalista reconhece o poder da escola no sentido de colaboração para a transformação social e por isso tenta fazer dela um aparato ideológico, no qual sua função é de reprodução social. Na sociedade capitalista, o avanço do trabalho levou o sujeito a procurar pelo conhecimento na escola e esse conhecimento irá aumentar o capital do sujeito, comprometendo assim o processo de reprodução. Nesse sentido, o sistema enxerga como saída o uso da escola e do conhecimento nela desenvolvido para reverter essa ameaça. O conhecimento, ao invés de estar envolvido com o saber das relações e da realidade desvelada, passa a ser universalizado. Deste modo, a mudança no habitus e no capital do sujeito não dificulta o processo de reprodução, dando maior força para sua dissimulação com que desenvolvimento acontece e a legitimação concedida ao sistema escolar (ALMEIDA, 2005).

A escola é onde o capital cultural começa a dar consequências positivas e negativas. Diferentes dispositivos vão ser ligados na situação escolar para dar ênfase ao capital cultural. A princípio, a escola seria apenas um local em que as composições típicas de classe começam a contribuir para hierarquizar os sujeitos, afetando assim seu desempenho. Isso se dá com a transferência para a escola das características psicológicas que mostram adaptação às disposições de classe, como “baixa autoestima”, de forma que as grandes massas se aproximam do desempenho e de expectativas profissionais menores, significando uma “avaliação inconsciente das probabilidades objetivas de sucesso”. É a forma causadora do habitus de classe que faz com que os membros das classes populares se “autorreleguem” ao baixo desempenho e às baixas expectativas profissionais (OLINTO, 1995).

Neste sentido, é importante destacar que a educação superior no Brasil se caracteriza como uma educação que não é para todos (GISI, 2006). Como divulgado pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018 onde: taxa de analfabetismo por raça é: 3,9% branca e 9,1 negra; Frequência escolar da população com idade entre 18 e 24 anos no ensino superior: Branca: 36,1 % Negra 18,3%. Dessa forma, por mais que como divulgado também pelo IBGE que pela primeira vez os negros e pardos são maioria nas universidades,

fica o questionamento, pois, a população é em sua maioria negra e os índices populacionais como citados anteriormente de exclusão da raça são alarmantes. (IBGE, 2019)

A problemática não se dá somente na esfera educacional, mesmo que seja verdadeiro que exista uma preferência pela difusão da cultura dominante que acaba dificultando o acesso e a permanência de muitos alunos. A causa do problema está na sociedade que se divide entre as pessoas que têm capital econômico, social e cultural e aqueles que não os possuem. Os últimos, em sua maioria jovens, que teriam que ter a oportunidade de estar nas melhores escolas e ter a melhor educação para diminuir as desigualdades. Porém, isso não acontece, pois, os cursos de formação de professores são muito focados na instrumentalização técnica, parecendo não se importar com a qualidade da formação, mas sim com o número de professores que terão diploma do ensino superior e o número de alunos que estão matriculados na educação básica e superior (GISI,2006).

A criação tardia do nível superior no país e a sua dependência dos interesses das classes dominantes, reflete nos processos de seleção que dão prioridade aos alunos com maior capital cultural, que é obtido em seu percurso escolar e de vida. Porém, as dificuldades de acesso aos bens econômicos, sociais e culturais da grande parte da população brasileira, onde a educação superior tem caráter desigual, não pode ser deixado de ser considerado quando se fala em questão de acesso e permanência na educação superior (GISI, 2006).

Gloria (2003 citado por GISI 2006) chegou a conclusões semelhantes em uma pesquisa realizada junto com familiares e alunos de escola básica, mostrando que as desigualdades em relação aos capitais culturais e escolares são causas determinantes no sucesso dos alunos, sendo inquestionáveis a influência familiar e a carga das condições sociais, econômicas e culturais sobre a definição de uma certa situação escolar.

Assim, com a entrada de estudantes na educação superior de diversas trajetórias escolares e de vida e com diferente capital cultural, é necessário que as escolas e instituições de ensino superior levem em consideração a diversidade cultural que existe nos processos pedagógicos, possibilitando assim a permanência e evitando a evasão. Essa desigualdade vem desde o início da educação básica, quando os alunos chegam em condições desiguais por causa das oportunidades que tiveram. Quanto menos oportunidades tiveram, menor capital cultural eles possuem. Reconhecer a desigualdade é o ponto inicial para se falar em uma educação de qualidade (GISI, 2006).

### 3. METODOLOGIA

Tendo por base o objetivo do trabalho que é analisar a relação do trancamento de matrícula com a vulnerabilidade socioeconômica numa instituição no sul de Minas Gerais, a natureza da pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois, vai analisar uma situação que envolve diversos fatores que são humanos e não quantificáveis e que necessitam de um olhar qualitativo para a situação. Em relação ao método foi escolhido o estudo de caso que segundo Yin (2001) citado por Ventura (2007) é uma investigação empírica e um método vasto, com lógica do planejamento, coleta e análise de dados. Podendo incluir estudos de caso único ou de vários, podendo ser quantitativo ou qualitativo. Dessa forma, foi escolhido o estudo de caso como método para que pudesse ser analisada a situação específica que é os alunos vulneráveis da instituição que efetuaram trancamento de matrícula.

No que se trata da coleta de dados foi escolhido o método bola de neve e entrevistas. O método bola de neve é utilizado com um conjunto de pessoas que são raras ou desconhecidas e que não foram identificados anteriormente, sendo mais difíceis de encontrar ou entrar em contato com essas pessoas (COLEMAN, 1958; GOODMAN, 1961; SPREEN, 1992 citado por DEWES, 2013). As entrevistas em profundidade é método metodológico que, com base na teoria e as hipóteses definidas pelo pesquisador, recebe respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte escolhida que tem as informações que se tem interesse em descobrir (DUARTE, 2005). Sendo assim, primeiro fazendo o método bola de neve para que assim as pessoas já entrevistadas indiquem outras pessoas e assim consiga chegar a mais alunos vulneráveis que já trancaram a matrícula na universidade. E com as entrevistas para poder entender esse fenômeno, o que levou consequências, motivos. Dessa forma, será uma amostragem não probabilística sendo utilizada a amostragem por acessibilidade.

Para se analisar os dados coletados através das entrevistas serão utilizados a análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 1977). As categorias da análise foram escolhidas de acordo com o que foi abordado no referencial teórico e são elas: desafios para permanecer no Ensino Superior, quais são os motivos que levam os alunos em situação de vulnerabilidade a trancar e Capital Cultural. Sendo os desafios para permanecer no Ensino Superior, quais são esses desafios, quais as dificuldades enfrentadas por os alunos em situação de vulnerabilidade. Os motivos que levam os alunos em situação de vulnerabilidade ao trancamento são para entender o que leva esse fenômeno e quais são esses motivos. E o capital cultural é justamente o que o aluno teve acesso tanto na educação, cultura, lazer, condições de vida, tudo que constitui o capital cultural dos alunos vulneráveis. Dessa

forma, se estrutura a metodologia desta pesquisa passando desde a sua natureza até a análise de dados.

#### 4. OS ENTREVISTADOS

Todos os nomes dos entrevistados são fictícios, porém, sua escolha não foi aleatória, tentou-se trazer memória de diversos lutadores e lutadoras que tiveram/ têm sua vida dedicada a militância e a construção de um novo projeto de país e lutando pela construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Muitos infelizmente não estão mais presentes aqui, já faleceram e por isso a homenagem ao lembrar pessoas que tanto dedicaram sua vida à luta. Alguns ainda são lutadoras (es) que dedicam sua vida a construção diária de melhorias para o país.

“Aos nossos mortos nenhum minuto de silêncio, mas toda uma vida de luta!”

Os entrevistados não falaram muito sobre sua vida pessoal além das questões levantadas, as características aqui abordadas foram as que eles quiseram relatar ao longo da entrevista.

Walkiria Afonso Costa, 37 anos, foi estudante de Física na universidade estudada, porém, efetuou trancamento e acabou evadindo da universidade. Mãe de três filhos teve que conciliar sua graduação com trabalho e a maternidade. Aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cotista e atualmente estuda o mesmo curso em uma outra universidade na modalidade EAD.

Honestino Guimarães, 26 anos, negro, LGBT, aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cotista, residiu na moradia universitária e foi aluno do curso de Administração da universidade onde precisou trancar por 4 semestres por não ter condições de se manter na universidade e acabou evadindo mesmo estando prestes a formar. Participou de movimentos sociais dando destaque ao movimento da casa do estudante. Sempre teve que conciliar trabalho e estudos para poder se manter na universidade.

Luís Travassos, 24 anos, LGBT, cotista e aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudante do curso de Engenharia e Controle Automação, morador do alojamento universitário, natural do Amazonas, realizou o trancamento de seu curso 4 vezes. Sempre teve o sonho de vir estudar na universidade pesquisada e por isso veio de tão longe buscar seus sonhos. Precisou trabalhar antes da universidade para conseguir juntar um dinheiro para se manter longe de casa, mas mesmo assim ainda precisou fazer alguns “bicos” para conseguir se manter.

Helenira Resende, 21 anos, negra, LGBT, aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cotista, estudante do curso de Engenharia e Controle Automação. Entrar na universidade foi o sonho de uma mudança de vida para ela e sua família, porém, conciliar trabalhos e estudos não tem sido uma tarefa fácil e a estudante trancou o curso uma vez e já retornou à universidade, porém, vê seu desempenho acadêmico ser prejudicado por precisar trabalhar, mas também não pode parar de trabalhar pois precisa se manter e ajudar sua família.

Cacá Diegues, 25 anos, cotista e aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudante do curso de Engenharia e Controle Automação, foi morador do alojamento estudantil. Vem de uma família de trabalhadores rurais e conheceu a universidade quando em seu trabalho precisou atender a universidade e ali surgiu o sonho de estudar naquela universidade. Cacá entrou na universidade, mas ainda teve que continuar trabalhando para se manter, trancou a sua matrícula por um período e já retornou à universidade

Elitânia de Souza, 24 anos, negra, LGBT, cotista e aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudante do curso de Engenharia-Abi, é militante do Levante Popular da Juventude. Relata que sente muito o racismo e machismo na universidade e a dificuldade de ter sua voz validada. Trancou três vezes o curso por conta de sua saúde mental, situação financeira e pelo racismo que já sofreu diversas vezes na universidade. Atualmente espera transferência externa para voltar para sua cidade natal mas continua com sua matrícula ativa na universidade.

Iara Iavelberg, 21 anos, cotista e aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudante do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. Vem de uma família de trabalhadores rurais e sempre morou na zona rural onde não conseguia ter acesso a internet que fez com que dificultasse seus estudos e ao entrar na universidade precisou trabalhar para se manter o que acabou gerando seu trancamento, porém, já retornou à universidade.

Lucia Murati, 24 anos, cotista e aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudante do curso de Agronomia, moradora do alojamento estudantil. Vem de uma família com poucas condições financeiras, seu maior sonho é poder dar uma vida melhor para sua família, por isso, se dedica ao máximo aos estudos e a iniciação científica onde recebe bolsa e utiliza para se manter e ajudar sua família.

Angela Meyer, 27 anos, LGBT, cotista e aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi moradora do alojamento estudantil, é estudante do curso de Nutrição, trancou seu curso por 4 semestres. Têm que conciliar trabalho com estudos o que acabou levando seu trancamento e mesmo retornando à universidade continua necessitando de trabalhar para conseguir se manter.



Marielle Franco, 27 anos, negra, LGBT, mãe, cotista e aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica, aluna do curso de Biologia, foi moradora do alojamento universitário e precisou se mudar quando seu filho nasceu, trancou seu curso uma vez. Um dos seus maiores desafios é conciliar maternidade com estudos, efetuou seu trancamento quando seu filho nasceu mas precisou retornar à universidade para conseguir se graduar.

Comba Marques Porto, 20 anos, cotista e aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi moradora do alojamento estudantil, foi aluna do curso de Engenharia e Controle Automação. Desde muito nova se interessou pela música, é musicista e foi bolsista da orquestra da Universidade. Trancou uma vez o curso e resolveu não retornar por não estar se identificando com o curso.

Aurora Maria Nascimento Furtado, 19 anos, aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cotista, moradora do alojamento estudantil e estudante do curso de Química licenciatura. Foi auxiliada pela universidade para efetuar seu trancamento por conta de sua saúde mental e retornou este período, ficando um período com seu curso trancado. Seu maior desafio é conseguir condições financeiras de se manter na universidade.

Dilma Rousseff, 23 anos, LGBT, aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi moradora do alojamento estudantil e estudante do curso de Letras. Trancou o curso 4 vezes e todas as vezes foi relacionado ao fator financeiro, precisou trabalhar e trancar o curso pois não conseguia se manter na universidade, ainda pretende terminar o curso mas precisava de condições financeiras para isso.

Edson Luís, 23 anos, LGBT, negro, aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cotista, foi próximo dos movimentos sociais e foi morador do alojamento estudantil e é estudante do curso de Educação Física. Perdeu o acesso a assistência estudantil por ter sido reprovado por falta e isso acabou desencadeando seu trancamento uma vez que não tinha condições de se manter na universidade sem a assistência estudantil. Atualmente, está fazendo matérias no período noturno pois voltou para sua cidade e assim só consegue ir para universidade no ônibus ofertado pela prefeitura.

Sâmia de Souza Bomfim, 22 anos, aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica, moradora do alojamento estudantil e estudante do curso de Pedagogia. Efetuou seu trancamento uma vez ao ter sido auxiliada pela universidade por estar passando por um processo de adoecimento mental e não ter condições de se manter na universidade uma vez que tinha perdido sua bolsa que era sua fonte de renda para manter na universidade. Atualmente, a aluna já retornou ao curso.

Daniel Aarão Reis Filho, 28 anos, aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cotista, morador do alojamento estudantil e estudante do curso de Administração Pública, trancou seu curso uma vez. Desde quando entrou no primeiro curso que ingressou na universidade precisou trabalhar para se manter, e isso acabou se tornando um desafio uma vez que trabalhando não pode se dedicar integralmente aos estudos.

Manuela d'Ávila, 27 anos, aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica, moradora do alojamento estudantil e estudante do curso de Ciência da Computação. Passou por dificuldades na adaptação em uma região com uma cultura totalmente diferente do que estava acostumada, é uma das poucas mulheres do seu curso o que traz como um desafio para ela ao fazer um curso tão masculinizado. Efetuou duas vezes o trancamento sendo uma por conta de adoecimento mental e a outra por estar quase entrando em um processo de jubramento.

Alisson Rodrigues, aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica, morador do alojamento estudantil e estudante do curso Ciência da Computação. Efetuou o trancamento duas vezes por conta de sua saúde mental, que estava fragilizada. Seus maiores desafios para permanecer na universidade são emocionais e o fator financeiro.

Natália Bastos Bonavides, 19 anos, aluna em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cotista, foi moradora do alojamento estudantil, é estudante do curso de Engenharia Agrícola. Efetuou seu trancamento uma vez pois seu curso é composto em grande maioria por homens, sendo ela uma das poucas mulheres da turma e isso trazia dificuldades para ela nos trabalhos em grupo e na convivência com a turma, além, das dificuldades financeiras.

Caique Roque, 24 anos, negro, LGBT, aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cotista, foi morador do alojamento estudantil, é estudante do curso de Engenharia de Alimentos. Foi militante do Levante Popular da Juventude onde conheceu pessoas como ele e começou a se reconhecer na universidade. Efetuou seu trancamento uma vez por não ter condições financeiras de se manter na universidade e assim começou a trabalhar por um semestre e depois retornou à universidade, está morando em outra cidade fazendo estágio e está concluindo sua graduação.

Felipe Terra, 27 anos, aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi morador do alojamento estudantil e foi estudante do curso de Engenharia e Controle Automação, trancou seu curso 2 vezes. Perdeu o benefício da assistência estudantil ao reprovar por falta e precisou começar a trabalhar ainda mais, uma vez que sempre trabalhou mesmo quando tinha a assistência estudantil, para conseguir se manter na universidade. Desligou-se da universidade e pretende retornar em um outro curso com o qual se identifique mais.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 Desafios para permanecer no Ensino Superior

Entrar no ensino superior para as classes populares é muito mais que só a entrada na universidade, é a esperança de mobilidade social, advinda com a qualificação em nível superior. Tendo em vista, como colocado por (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009) que a qualificação profissional tem sido entendida nas últimas décadas como requisito para empregabilidade. Porém, se manter na universidade para quem alcança o ensino superior com dificuldades em diversos setores e, principalmente, em termos financeiros, se torna um grande desafio permanecer e ter qualidade de vida na universidade.

Para famílias com melhores condições financeiras ou familiarizadas com o meio acadêmico, a universidade pode representar só mais uma etapa na vida escolar. Assim, a entrada no ensino superior é dada como “certa” ou muito provável. Já para as famílias com menores condições financeiras, e em geral compostas por pessoas negras, entrar na universidade significa um grande feito, já que para elas, isso era pouco provável de acontecer. A entrada de um integrante destas famílias na universidade e sua permanência tem dois sentidos: individual e grupal, uma vez que ser universitária (o) traz a possibilidade de alterações positivas no futuro e no círculo social. Dessa forma, a direção da permanência é única para as duas famílias - ficar até o final do curso -, mas para a segunda o sentido é duplo (SANTOS, 2009).

Para permanecer na universidade, os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica necessitam da política de assistência estudantil como ressaltado por eles. Todos os entrevistados utilizam ou já utilizaram pelo menos um programa da assistência estudantil seja a moradia, alimentação, transporte, acesso a saúde, auxílio creche e bolsas institucionais.

Ao serem questionados sobre a importância da assistência estudantil, a grande maioria respondeu que é algo essencial para sua permanência e que sem essa política não seria possível permanecer na universidade. Como muitos vêm de famílias com poucas condições financeiras a única forma de se manter na universidade é com o benefício da assistência estudantil. Além disso, foi relatado que sem a assistência estudantil, o estudante, fatalmente, evadiria da universidade. Essa é a realidade de vários estudantes da universidade que ao perder a assistência

precisam trancar a universidade ou começam a trabalhar para conseguir se manter e isso acaba atrapalhando o seu desempenho acadêmico.

Os estudantes foram indagados sobre sua percepção quanto ao tratamento que recebem dos colegas, por morarem no alojamento universitário. A grande maioria respondeu que de alguma forma já se sentiu de alguma forma tratada diferente por residir no alojamento estudantil. Relataram que muitas pessoas, ao saberem que são moradores do alojamento, se afastam ou tem “um olhar diferente” para os alunos, por não terem condições de pagar uma moradia, eram tratados como inferiores, ou com sentimento de compadecimento. Além disso, ressaltaram que existe um estereótipo de que a moradia é sinônimo de “baderna”, “balburdia”, e também uma certa romantização de que é um privilégio ter um lugar para morar, dentro da universidade, como se não existissem problemas e não fosse difícil dividir quarto com mais 5 pessoas. Para os moradores do alojamento, é um desafio a mais permanecer na universidade uma vez que te colocam em condições específicas e como retratado pelos alunos muitos são tratados diferentes por morar lá.

Os estudantes também disseram que não se sentem pertencentes ao ambiente da universidade. Os motivos para isso são diversos, como: não se enxergar nas pessoas da universidade, por conta da cor, gênero, orientação sexual e condição financeira; não ter tido uma base anterior e isso dificultar nos estudos na universidade; de sentir que a universidade é um ambiente que “esmaga”. Além disso, foi muito citado que a assistência estudantil da universidade é tratada como “favor” e não como direito e que isso dificulta para se sentir pertencente a universidade, pois os alunos vulneráveis não são ouvidos e sentem que suas opiniões não têm validade. Alguns alunos relataram que só começaram a se sentir pertencente a universidade ao participarem de movimentos sociais e conhecerem pessoas nas quais conseguiram se enxergar nelas.

Para o estudante Daniel Reis Aarão Filho, “a questão do pertencimento é algo até curioso agora que você falou. Eu acho que pela minha história, onde eu cresci, eu sempre tive dificuldade de achar que eu poderia pertencer a algum lugar. ” O que se percebe, a partir da fala dele, é como a universidade pode ser um ambiente difícil de se sentir pertencente quando se vem de uma realidade social muito distinta da maioria. Nem sempre os alunos vulneráveis se sentem pertencentes àquele ambiente e que esse sentimento pode se tornar mais um desafio para permanecer no ensino superior.

Uma outra questão que chama atenção é em relação ao trabalho quase todos entrevistados necessitaram trabalhar antes ou durante a graduação para poder se manter e o trabalho afetou o desempenho uma vez que é menos tempo para se dedicar aos estudos além do

cansaço e desgaste físico e psicológico. A aluna Dilma Roussef, por exemplo, precisou trancar o curso para trabalhar e ter condições financeiras para manter suas despesas pessoais. E, durante o período em que trabalhava, “não tinha condições físicas de ir nas aulas e cumprir a carga horária que era exigida, então eu precisei trancar. Então, isso atrapalhou muito.”

O estudante Edson Luís também teve impactos em sua graduação durante o período em que trabalhava. Ele precisou cancelar duas disciplinas, porque não era possível conciliar os horários e as atividades extraclasse. Segundo o estudante, ter que trabalhar enquanto estuda, “sempre afeta, porque [você tem] é menos tempo [para se dedicar aos estudos], cansaço físico e emocional, trabalhar é estressante, subemprego é estressante”. Já a aluna Angela Meyer disse que, por causa do trabalho, “chegava [no alojamento estudantil] tão cansada [...], que já perdi várias provas por isso”.

A partir desses relatos pode-se perceber como a necessidade de trabalhar para garantir o sustento afeta o desempenho durante a graduação. Além disso, foi possível observar que muitos dos alunos em situação de vulneráveis socioeconômica precisam recorrer ao trabalho para poder se manter na universidade, reforçando que para eles, o esforço para permanecer no ensino superior é maior do que para aqueles que não precisam exercer atividade profissional durante o período em que está cursando o ensino superior.

Os alunos retrataram que sua condição financeira influencia no seu rendimento e permanência, uma vez que, às vezes, precisam trabalhar para arcar com suas despesas e isso diminuiu o tempo de dedicação dos estudos. Além disso, a preocupação em ter que conseguir dinheiro para bens de consumo básico também dificulta o rendimento, uma vez que o valor da bolsa que recebem, não é suficiente para suprir todas as suas necessidades.

Esta é uma situação que merece atenção, já que podem levar os estudantes a situações de dificuldades no progresso do curso, o que pode levar à evasão ou desligamento do estudante. Durante esta pesquisa, uma estudante relatou que, caso não precisasse trabalhar, provavelmente não estaria enfrentado um processo de jubramento. Ter que conciliar trabalho e estudos fez com que ela se atrasasse na conclusão de atividades acadêmicas. Ela afirmou que gostaria de ser como as pessoas que sentam ao lado dela na sala de aula, que estão ali só para estudar, mas não pode porque precisa trabalhar para se manter e também ajudar sua família, financeiramente.

A falta de condições financeiras impõe dificuldades de permanência material para os alunos em situação de vulnerabilidade. Foi relatado por alguns deles que não tinham condições para adquirir os materiais necessários para as aulas. Muitos só faziam apenas duas refeições, almoçando e jantando no restaurante universitário, o que influenciava na concentração no momento de aula, uma vez que se sentem fracos por não estarem se alimentando direito. Além

disso, os alunos que moram fora da moradia universitária relataram que não tinham acesso à internet em casa e só conseguiam ter acesso quando estavam na universidade, e que as vezes levavam até os celulares e computadores para carregar na universidade para não gastar energia em casa por não ter condições de pagar.

A assistência estudantil é muito importante para a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade, como no caso da universidade estudada os alunos têm acesso a moradia e restaurante universitário com um valor de 1,00 real por refeição. Porém, ainda assim ela não é suficiente para garantir o suporte para as necessidades básicas dos estudantes. Tendo como exemplo, que mesmo com o valor de 1,00 real por refeição muitos alunos não conseguem ter esse valor todos os dias para conseguir se alimentar. O mesmo acontece com a moradia, apesar de terem onde morar ainda existem outros gastos para ter uma vida de qualidade.

A situação de vulnerabilidade socioeconômica também é uma das grandes causas de impacto na permanência no ensino superior. Dessa forma, é importante pensar em formas para uma efetiva democratização da educação, que amplie o acesso e fortaleça o ensino público, além de políticas que proporcionam a permanência dos estudantes nas instituições de ensino (VASCONCELOS, 2010 apud IMPERATORI, 2017).

Muitas vezes apenas a assistência estudantil não é suficiente para manter os alunos como relatado por eles, uma vez que a bolsa não passa por reajuste há anos e o valor é insuficiente para manter todas as necessidades do aluno. Dessa forma, muitos precisam trabalhar informalmente para conseguir se manter e como já relatado isso influencia em seu rendimento. Além disso, o desempenho no emprego passa a ser uma preocupação a mais, uma vez que ele se torna sua fonte de renda principal. Por este motivo, precisam manter seus (sub)empregos, o que se torna um desgaste a mais.

Outro ponto que merece destaque é que muitos deles também precisam ajudar financeiramente suas famílias e isso se torna um agravante, como citado pela aluna Manuela D'Ávila que se sente pressionada em formar logo para poder ajudar sua família. Por outro lado, a aluna Lúcia Murati pensa que a limitação financeira é algo que não a incomoda e que ela aprendeu a lidar com isso, já que sempre viveu em tais condições. E, neste sentido, seu rendimento não foi afetado, porque ela possui acesso à assistência estudantil. É possível perceber o processo da reprodução e violência simbólica nessa situação, uma vez que a aluna naturalizou as dificuldades enfrentadas por ela como algo que não a prejudica, não tendo sequer a consciência disso. E foi possível visualizar na entrevista realizada que sua situação financeira já influenciou diversas vezes em seu rendimento e permanência na universidade, tendo em vista que ela já precisou trancar seu curso para cuidar da sua família e trabalhar.

Além disso, existem outros desafios, como a maternidade. Neste sentido, a aluna Marielle Franco afirma que o grande desafio para ela é conciliar os estudos com a maternidade. Ela se sente muito cansada e quando está em casa também precisa cuidar do seu filho, o que acaba dificultando para poder estudar. Precisa também levar seu filho para a aula, pois o auxílio creche que a Universidade oferece só cobre meio período e o seu curso tem atividades em horário integral.

Portanto, são pontos mencionados pelos sujeitos da pesquisa o equilíbrio psicológico, uma base escolar sólida, conciliar trabalho e estudos, maternidade, dificuldade de dividir casa com muitas pessoas, falta de apoio familiar, ser a única mulher da turma, a mudança de cidade e começar a morar sozinha e ter uma graduação para poder dar exemplo a família. Mas o fator financeiro foi um ponto comum para quase todos os entrevistados. E, para garantir o acesso à bolsa de estudos, o estudante precisa ser produtivo nos projetos de pesquisa e extensão, para manter o recebimento da bolsa, o que também acontece quando o aluno consegue um emprego e precisa se dividir entre os estudos, o trabalho e a preocupação em manter o emprego.

Alguns afirmaram ainda que quando não se tem o que comer, ou onde morar são fatores que influenciam sobremaneira em permanecer na universidade. Tais pontos também contribuem para que o estudante tenha dificuldades em progredir no curso e faz com que tenha que se dedicar ainda mais, o que gera desgastes físico e psicológico. Assim, percebe-se que é necessário dinheiro para compra de livros, alimentação, transporte. Mas é fundamental também apoio pedagógico, valorização da autoestima, referenciais docentes. Sendo assim, a permanência na Universidade se dá em dois pontos: a) uma permanência relacionada às questões materiais de existência na Universidade (permanência material), e b) a permanência relacionada com as condições simbólicas de existência na Universidade (permanência simbólica) (SANTOS, 2009).

Na tentativa de ter condições para permanecer materialmente na Universidade, alguns estudantes abrem mão de conhecer a universidade em sua totalidade para trabalhar e essa escolha tem impactos na sua permanência simbólica, uma vez que repercute de diversas formas sobre o desempenho e sobre a vida acadêmica. Os alunos que estão em atividades que lhe consomem grande parte do seu tempo e que não têm ligação com os estudos, acabam enfrentando dificuldades em conciliar estudos e trabalho, pois, em regra, o tempo disponível para estudar é reduzido, contribuindo para alguns resultados insuficientes e atrasos no curso. Desse modo, é possível afirmar que os estudantes trabalhadores terminam excluídos e não participando de várias atividades que propiciam sua participação na nova cultura. Além disso,

a situação de inadaptação, de exclusão e de discriminação impede a permanência simbólica destes estudantes (SANTOS, 2009).

Tendo em vista os desafios de permanecer no ensino superior foi questionado aos alunos quais melhorias poderiam ser feitas na assistência estudantil para atender os alunos vulneráveis. Dentre as melhorias que poderiam ser feitas na assistência estudantil da universidade foi ressaltado o valor das bolsas que está defasado, que a avaliação socioeconômica seja mais “rígida” para atender de fato quem precisa, mas que por outro lado existe muita burocracia e que poderia entrar em contato com as assistentes sociais da cidade que o aluno vem ao invés de pedir tanta documentação. Uma bolsa permanência para que o aluno possa apenas se dedicar aos estudos. Ampliar o acesso a saúde, tendo em vista os programas de atendimentos já oferecidos pela universidade com a assistência estudantil. E que a universidade e a pró-reitoria, dedicada à assistência estudantil tenha mais diálogo com estudantes vulneráveis e os escutem.

Em relação a falta de diálogo com os alunos em situação de vulnerabilidade foi levantado que a assistência estudantil na universidade é tratada como “favor” e não como direito. Tal fato dificulta ainda mais o diálogo com alunos em situação de vulnerabilidade, uma vez que se é favor eles não são ouvidos ou podem manifestar quaisquer exigências. Porém, sabemos que não é dessa forma que deve ser lidado com a assistência estudantil, como falado pelo estudante Honestino Guimarães: “A gente não pode despolitizar tudo, e a universidade como qualquer universidade tinha que reconhecer a importância do plano nacional de assistência estudantil, a assistência estudantil para os alunos vulneráveis”. A falta de diálogo com os estudantes é um grande gargalo uma vez que como citado são diversos desafios que o aluno vulnerável enfrenta e cabe à assistência estudantil minimizar esses desafios para garantir a permanência do aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, a aluna Helenira Resende trouxe que a universidade deveria entender mais os alunos que trabalham, ela mesmo perdeu sua vulnerabilidade por ter passado duas faltas em uma disciplina e falta essa que foi devido ao seu trabalho, assim ela perdeu sua bolsa que fez com que ela precise ainda mais trabalhar. Esse processo de perda da vulnerabilidade por conta da reprovação por falta também foi citado que deve ser revisto e tentar entender mais o porquê das faltas desses alunos pois muitas vezes o aluno não podia estar na aula por diversos motivos que são justificáveis e acaba perdendo sua vulnerabilidade, bolsa, moradia, alimentação, atendimento à saúde que acaba dificultando ainda mais sua permanência na universidade. Sendo assim, a universidade poderia adotar uma flexibilização para os casos em que se possa



comprovar a necessidade de análise, assim podendo dar mais condições de diálogo e de permanência para os alunos que tem situações específicas, como no caso do trabalho.

O valor das bolsas foi muito citado, uma vez que o valor de 300 reais não tem reajuste desde 2013 de acordo com os dados cedidos pela Universidade estudada e, como citado pelo estudante Honestino Guimarães, os alunos em situação de vulnerabilidade precisam viver com qualidade e não dá para viver com qualidade com apenas 300 reais. Além disso, os entrevistados defendem ainda que as bolsas deveriam ser direcionadas apenas para os alunos vulneráveis e que tendo em vista a atual situação do país a universidade deveria ao menos garantir que as bolsas dos alunos vulneráveis não sejam cortadas.

Também foi muito citado que é necessário uma bolsa permanência onde os alunos não precisam desprender 12h semanais para cumprir o trabalho da bolsa e que possam ter essa bolsa para se manter sem prejudicar os estudos. Além disso, as bolsas que necessitam que se cumpra uma carga horária em determinado trabalho, que este trabalho seja nas áreas de estudos dos alunos. Muitas vezes os alunos vulneráveis estão em programas de bolsas que não condiz com sua formação mas precisam daquele valor para se manter, sendo mais um trabalho estar no programa de bolsa.

Foi sugerido também a maior informação sobre o que é assistência estudantil e como participar dela para assim os alunos que são vulneráveis da universidade tenha mais acesso a assistência estudantil. Além disso, assistência para as mulheres mães da universidade, uma vez que foi relatado que a assistência que existe é de difícil acesso, não abrange todas as necessidades e apresenta diversas falhas. Também foi citado a gratuidade do restaurante universitário, mesmo que os alunos vulneráveis paguem apenas 1,00 real por refeição ainda é um valor significativo para quem possui apenas 300 reais por mês para financiar todas as suas despesas. E também que haja café da manhã e café da tarde no restaurante universitário, pois muitos alunos relataram que fazem apenas duas refeições ao dia (almoço e jantar) porque não tem dinheiro para realizar outras refeições fora de restaurante universitário.

Por outro lado, foi levantado que assistência estudantil da universidade se constitui como um ponto de apoio importante para que os alunos consigam permanecer na universidade e como citado pela aluna Lucia Murati: “melhorar sempre é possível, porque tudo para a gente já faz diferença porque a gente já vive com tão pouco”. A partir dos relatos dos entrevistados, pode-se perceber que a assistência estudantil da Universidade estudada tem gargalos, mas não se pode afirmar que ela não tenha responsabilidade, enquanto instituição, com os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Mas o fato é que os alunos percebem que ainda há a necessidade de haver melhorias em diversos aspectos para que a assistência estudantil

consiga garantir a permanência e qualidade de vida dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

## **5.2 Capital Cultural: acesso, formação e implicações para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica**

Em seus estudos, Bourdieu (1989) afirma que a origem social dos alunos leva às desigualdades escolares e esta faz com que se reproduza o sistema de posições e dominação sociais também no sistema de ensino. Bourdieu e Coleman (1988) usam o conceito de capital não só sob a perspectiva econômica, mas também sob o aspecto cultural para explicar tal fenômeno.

Dessa forma, ao analisar os dados foi possível observar que os estudantes tiveram menor acesso ao capital econômico e, conseqüentemente, isso influenciou no acesso e desenvolvimento de seu capital cultural. Grande parte dos entrevistados relatou que teve pouco acesso à cultura, esporte e lazer durante todas as fases da sua vida e, nos momentos em que teve acesso, isso foi oportunizado por meio da escola.

A estudante Helenira Resende, por exemplo, afirmou que “tinha acesso em relação à escola, porque a escola que me levava para esse tipo de ambiente porque acho que se não fosse a escola e os projetos que eu participava, esses projetos sociais que tinha bastante na cidade na época, se não fosse isso eu não teria esse acesso.” Já o estudante Edson Luís relatou que “não, dinheiro limita em todos os aspectos [...] Viagens eu sai da fronteiras de MG (Minas Gerais) duas vezes na minha vida. O acesso que a gente, tanto eu quanto meu irmão, tivemos foi a televisão e foi até isso que fez a gente tá aqui (na faculdade), a gente ficava assistindo filme e sempre almejava aquilo que a gente assistia (ingressar no ensino superior)”.

Dessa forma, percebe-se que para os entrevistados, a vulnerabilidade socioeconômica dificultou o acesso ao capital cultural. Para eles, tal dificuldade vem da falta de condições financeiras. Em outras palavras, pode-se afirmar que o contexto social no qual o sujeito está inserido afeta diretamente sua trajetória socioeducativa. A trajetória de vida de cada indivíduo depende não só das condições materiais, mas também sociais de existência. Isto porque, a pessoa pode acumular capital a partir do meio social em que convive e também das práticas sociais das quais participa, sendo o que Bordieu (1960) caracterizou como capital cultural. (SARAIVA; FERENC, 2010)

As dificuldades de acesso relatadas cederam espaço para outras experiências a partir do momento em que acessaram a universidade. Os entrevistados avaliaram que o acesso e o desenvolvimento de capital cultural foram potencializados a partir das experiências vivenciadas no ensino superior. Além das oportunidades de acesso à eventos culturais e esportes, há também a convivência com outras pessoas, o que amplia o acesso a outras vivências por meio, inclusive, das experiências experimentadas pelo outro.

Foi relatado que até a visão sobre o que a cultura e sua importância mudaram ao entrar na universidade. A estudante Helenira Resende apontou que a universidade trouxe oportunidades, porém, ela acredita que “forças maiores não me permitem que eu fique ali (na universidade). Na real, eu não tenho tempo pra estar totalmente (focada no desenvolvimento do meu curso).” Ela não consegue ter tempo para “estar totalmente” uma vez que precisa se manter e ajudar a família e sendo assim precisa trabalhar.

O estudante Edson Luis, ressaltou que as dificuldades financeiras são limitadoras. Para ele, mesmo a universidade oferecendo algumas oportunidades de acesso e desenvolvimento de capital cultural, sem dinheiro não consegue ter acesso as atividades culturais e externas à universidade. Mesmo com a bolsa oferecida pela Assistência Estudantil, não é suficiente para ter acesso ao cinema por exemplo. Ele afirma que os 300 reais (valor da bolsa recebida por ele) não são suficientes para o lazer e, conseqüentemente para se manter níveis satisfatórios de qualidade de vida.

Além disso, os estudantes também ressaltaram que conhecer novas pessoas criam oportunidades de acesso ao capital cultural, mostrando que as vezes mesmo quando não se tem acesso ao capital cultural ao se deparar com pessoas que tiveram esse acesso, este pode ser constituir, de alguma forma, como um meio de acesso ao capital cultural pelo relacionamento com outras pessoas.

Assim, nota-se que o acesso aos capitais seja ele econômico, cultural e social é muito importante e quando de alguma forma um ou mais desses capitais são de difícil acesso há conseqüências para os sujeitos. E se tratando da entrada na universidade, os alunos entrevistados, ao serem questionados se sentem que precisam se esforçar muito mais que os alunos não vulneráveis, 17 dos 22 entrevistados relataram que sim. A aluna Walkiria Afonso Costa contou que, por precisar trabalhar não conseguia participar da monitoria, por conflito de horários com o monitor. Ainda nessa discussão o Honestino Guimarães relatou que se o aluno está na universidade 100% do seu tempo para estudar e não precisa trabalhar, isto se constitui como um diferencial e que ele sentia que tinha um esforço diferente, uma vez que precisa trabalhar para se manter e utiliza da assistência estudantil que coloca alguns critérios que ele

precisa seguir, dessa forma as pessoas que não utilizam da assistência estudantil não precisam passar por essa situação colocando ele nesse “esforço diferente”. Sendo esses critérios estar matriculado em um determinado número de disciplinas e não podendo reprovar por falta em nenhuma disciplina matriculada.

A estudante Marielle Franco traz grandes considerações “Só para chegar na aula, por exemplo, já é um esforço a mais porque não tenho um carro, não tenho uma moto. Aí você chega na sala de aula e escuta o professor falando que “isso daí vocês viram no cursinho (preparatório pré-ENEM)” eu olho pra cara dele e (me pergunto) que cursinho? Os próprios professores chegam achando que todo mundo da turma já tem um acesso maior à educação, a cursinho preparatório, a essas coisas. E ninguém leva em consideração nosso sistema educacional, nossa condição social que é bem discrepante entre umas pessoas e outras. Eu preciso realmente me esforçar mais, como mãe eu preciso me esforçar ainda mais do que as pessoas que são vulneráveis e não tem filho, então eu preciso me esforçar sempre muito mais”

A partir dos pontos ressaltados pelos entrevistados, é possível observar que a situação do aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica exige mais em diversos sentidos como no financeiro, psicológico, na dedicação aos estudos (uma vez que sua base anterior não é tão boa). Muitas vezes precisam trabalhar para se manter e o trabalho afeta seu desempenho na universidade, dependem da alimentação e moradia da universidade e que nem sempre tem as melhores condições.

Dessa forma, é possível perceber que em grande parte os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica precisam sim se “esforçar” mais do que os alunos não vulneráveis, pois todos esses fatores fazem com que o aluno tenha que se preocupar em como vai se manter na universidade, o que vai comer, e ainda manter um bom rendimento nas matérias e conseguir conciliar trabalho, estudo, bolsa, podendo ver assim que o aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica tem muitos fatores que fazem sua permanência e rendimento ser afetada, diferentemente dos alunos que não vulneráveis que não tem dificuldades de se manter na universidade.

Além disso, eles ainda relataram que sentem falta de uma “base” conceitual anterior à universidade. A base de ensino público em nível médio, devido à precarização pela qual vem passando há muito tempo, impacta no aprendizado dos alunos, como relatado pela estudante Lucia Murati “eu tive que me esforçar para estudar o básico primeiro para depois entender o conteúdo da matéria, eu tinha que estudar dobrado”.

Com a promulgação da medida provisória nº 728/2016 que foi sancionada pelo então presidente Michel Temer o ensino médio passou por diversas mudanças que levaram ainda mais

ao sucateamento. Dentre as mudanças estão: a flexibilização das matérias agora os alunos podendo escolher quais disciplinas irão cursar sendo português e matemática obrigatório para todos, tendo assim a precarização do ensino uma vez que os alunos não terão acesso a todas as disciplinas mais; o ensino em tempo integral, dificultando o acesso dos alunos que trabalham; e os professores não precisam mais de diploma em licenciatura para poder dar aula é apenas com “notório saber”, precarizando ainda mais a educação uma vez que os professores não serão profissionais capacitados para darem aulas. Além disso, esta medida é apenas para o ensino médio público impactando os alunos que necessitam da educação pública e que em sua grande maioria são alunos com menos condições econômicas, dessa forma com a precarização do ensino médio, os alunos que entram na universidade têm ainda mais dificuldades uma vez como já ressaltados por vários dos alunos entrevistados a base anterior não foi boa e isso influencia na sua permanência na universidade.

Foi levantado como a base escolar anterior a universidade afeta o desempenho e que isso faz com que o estudante tenha que se esforçar 2x para alcançar a turma que teve mais acesso à educação. Segundo Bordieu e Passeron (1964), os alunos que vem de classes sociais mais privilegiadas são os que mais se beneficiam da cultura escolar porque sabem jogar as regras do jogo. Contudo, o nível de adesão ao jogo intelectual e aos valores que ele traz não são independentes da origem social. (DE ALMEIDA CUNHA, 2007)

O estudante Caique Roque trouxe uma importante consideração “a gente tem que esforçar até 5x vezes mais que as outras pessoas, porque a gente é negro, a gente é pobre, a gente veio de um lugar que não tem oportunidades, a gente não tem lazer, não tem cultura então tudo que a gente vai conquistando é com muito esforço, a gente tem que esforçar muito.” Aqui podendo refletir que a história do aluno anterior a universidade influencia muito, quem o aluno é influencia, não podemos acreditar que todos partimos do mesmo ponto. Cada aluno tem sua particularidade que deve ser analisada principalmente os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A assistência estudantil é importante para a permanência dos alunos, porém, nos últimos anos vemos um novo perfil de estudantes entrando na universidade. Um ponto que gerou muito desconforto entre os estudantes foi o fato de, segundo às regras da universidade, o aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica não poder reprovar por falta e, ainda, precisar fazer um número mínimo de disciplinas para continuar tendo acesso a assistência estudantil.

Eles relataram que são colocados em uma condição diferente dos demais alunos, uma vez que lhes é tirado o direito, por exemplo, de ser reprovado em uma disciplina por ter excedido o limite máximo de faltas permitido, que é de 25% do número total de aulas. E um agravante

para isto é que, pela legislação universitária, nem mesmo ausências por adoecimento são passíveis de abono de faltas, ou seja, dependendo do tipo de doença e do tempo de afastamento que o estudante necessitar, pode resultar na perda do benefício da assistência estudantil.

Além disso, as dificuldades financeiras influenciam muito na vida dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Muitos dependem da bolsa, porém, para recebê-la, precisam desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que muitos relataram ser um processo cansativo e que interfere nos estudos, uma vez que precisam conciliar o período de estudos com as atividades de bolsista.

Por outro lado, os estudantes que não conseguem o benefício da bolsa precisam trabalhar para se manter e tem ainda mais dificuldades para conciliar trabalho e estudos. E com toda a dificuldade financeira surgem diversas preocupações, principalmente com as necessidades básicas como comer, onde morar, materiais, e isso faz com que os alunos precisam se “esforçar” ainda mais para conseguir terminar sua graduação.

Entende-se o desafio de permanência material do aluno na universidade desde as lacunas infra-estruturais em que os alunos são obrigados a comprarem parte dos equipamentos e materiais didáticos, principalmente em cursos onde a compra de equipamentos é de alto custo como Odontologia, Medicina e Direito e além da necessidade de dedicação exclusiva. Coloca-se necessário refletir sobre o aluno cotista que por conta de sua história de vida econômica, o desafio para permanecer e ter qualidade de formação é ainda maior. (REIS e TENÓRIO, 2009)

Em frente a falta de condições da família, cria-se formas para conseguir garantir a “sobrevivência” na Universidade. Podendo ser por via institucional por meio das bolsas de iniciação, extensão, monitoria, ou informais na busca de ajuda material no local em que estão inseridos. Nessa busca de permanecer materialmente na Universidade, alguns alunos acabam não vivendo a universidade em seu todo uma vez que precisam trabalhar e se torna difícil conciliar trabalho e estudos. (SANTOS, 2009)

O tempo que é utilizado trabalhando enquanto forma de sobrevivência coloca limites acadêmicos, como, por exemplo, dificultando a participação em encontros organizados dentro e fora da universidade, nos trabalhos em grupo, nas festas organizadas pela turma, entre outras coisas. Muitos estudantes se sentem excluídos de muitas atividades, como congressos e conferências, e as dificuldades econômicas se juntam a outras, como uma luta entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer. Essa luta é expressa em diversas situações, tais como carga horária de trabalho, falta de tempo para fazer as atividades do curso, privação de ordem social e cultural em razão da falta de dinheiro (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, comprar livros e revistas etc.) (ZAGO, 2006).

Para permanecer na universidade são necessárias condições materiais que permitam esta continuação. É necessário dinheiro para compra de livros, alimentação, transporte. Mas é necessário também apoio pedagógico, valorização da autoestima, referenciais docentes. Sendo assim, a permanência na Universidade se dá em dois pontos: a) uma permanência relacionada às questões materiais de existência na Universidade (permanência material), e b) a permanência relacionada com as condições simbólicas de existência na Universidade (permanência simbólica) (SANTOS, 2009).

Além disso, grande parte dos entrevistados relatou que já sentiu, de alguma forma, seja ela indireta ou diretamente, discriminação social por conta de sua condição social. Foi relatado que às vezes, por ser estudante vulnerável, as pessoas nem se aproximam achando que o aluno pode querer pedir alguma ajuda financeira, ou ainda pessoas que se afastam quando ficam sabendo que o estudante é morador do alojamento estudantil.

Assim como aponta Zago (2006), vários foram os relatos sobre as dificuldades de desfrutar de eventos de lazer como as confraternizações da turma do curso, seja por estar trabalhando no horário ou por não ter dinheiro. Houve casos em que o estudante não conseguiu participar dos congressos científicos, que são caros e, além da taxa de inscrição têm os custos de deslocamento até a cidade em que o evento ocorre. Este foi um desafio relatado, já que muitas vezes as pessoas julgam que quem não participa de tais eventos não podem ser considerado um bom pesquisador, porém, no caso de estudantes vulneráveis, mais especificamente, as condições financeiras são um impeditivo de participação. Além de tudo isso, muitas das discriminações vêm relacionadas com o racismo e machismo sendo a condição financeira mais um agravante.

Ao serem questionados sobre como a sua vida anterior a universidade impactou nos desafios que enfrentam atualmente, grande parte dos entrevistados relatou que, de certa forma, os desafios os tornaram mais fortes apesar das dificuldades. Como vêm de famílias com poucas condições financeiras muitas vezes isso fez com que eles lidassem com situações muito difíceis e isso ajudou, preparando-os a enfrentar os desafios de outra forma. Porém, a condição financeira, muitas vezes, os fez questionar se deveriam continuar na universidade uma vez que poderiam estar trabalhando e ganhando dinheiro e isso acaba muitas vezes desmotivando. Mas também foi falado que justamente por vir de uma família com poucas condições onde os pais não tiveram acesso à universidade que isso motivava a continuar na universidade para poder mudar de condição de vida.

Mas aqui cabe uma reflexão, muitas pessoas que passam por um processo de não ter boas condições financeiras e que isso reflete na forma que acessa as coisas em sua vida, muitas

vezes acaba se “acostumando” com o pouco e tentando ao máximo conseguir vencer os desafios, como no caso de permanecer na universidade. Mas e se pessoa não consegue enfrentar tais desafios? Como permanecer na universidade?

Temos que quebrar a visão meritocracia que só se esforçando tudo é possível, pois isso banaliza todo o sofrimento que cada aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica passa dia após dia para conseguir permanecer na universidade, quando muito mais que seu esforço ele necessita de apoio e auxílio com políticas públicas como no caso da assistência estudantil. Porém, nem todos os alunos tem boa relação com a família, e como mencionado não ter uma base familiar sólida influencia quando o aluno chega na universidade e tenta sua avaliação socioeconômica. Uma vez que precisa de diversos documentos da família e quando se tem dificuldade com a família se torna difícil conseguir esses documentos e as vezes o impossibilita de ter acesso a assistência estudantil.

É importante destacar que Bourdieu (1989) enxerga o lugar social como um campo de lutas onde os indivíduos e grupos vão criar estratégias para que possam melhorar ou se manter na sua posição social. As instituições de ensino superior estão atendendo em sua maioria um “novo aluno”, que vem de uma classe social que até então não tinha acesso à Educação Superior, e que normalmente, tem condições menores para os estudos e pouca vivência com objetos intelectuais e artísticos da cultura hegemônica. (BRITTO, et al. 2008)

Diante do que foi exposto, pode-se observar que o capital cultural pode influenciar na formação dos alunos, o acesso o a falta dele traz diversas consequências como já citadas. Os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica têm dificuldades de acesso à cultura, esporte, lazer, educação e tudo isso vai se transformando em obstáculos. Não podemos acreditar que todo aluno tem as mesmas condições, cada um tem sua particularidade que deve ser respeitada e buscando ao máximo que a assistência estudantil entenda essas particularidades e possa garantir que elas sejam minimamente superadas e que garantam a permanência a qualidade de vida do aluno.

### **5.3 Trancamento de matrículas de alunos em situação de vulnerabilidade: motivos que levam a esse fenômeno.**

Para Vargas (2008), fatores como capitais sociais e econômicos influenciam na permanência dos alunos e, neste sentido, Vasconcelos (2010) ressalta a assistência estudantil como uma importante política para que estudantes em situação de vulnerabilidade



socioeconômica possam superar os obstáculos e ter um bom desempenho acadêmico, minimizando as situações de abandono e trancamento.

Dessa forma, como debatido por Alvarenga et al (2012), a desmotivação no ensino público é, muitas vezes, o reflexo das dificuldades socioeconômicas das famílias, o que dificulta que o estudante possa se dedicar integralmente aos estudos.

O fato é que a desigualdade social impõe limites aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que precisam trabalhar para se sustentar e, muitas vezes, sustentar sua família, ao mesmo tempo em que precisam de estudo para conseguir um posto de trabalho. Os contextos universitário e não universitário compõem a vida do aluno impactando diretamente nas suas percepções de mundo. Dessa forma, embora a situação financeira familiar seja considerada um item do contexto não universitário, ela também impacta diretamente na permanência do estudante no ensino superior.

Muitos deles afirmam que, nos casos em que a renda familiar é insuficiente, eles precisam, além de custear suas próprias despesas, contribuir com o pagamento de parte das despesas de sua família. Neste sentido, muitos estudantes que possuem bolsa, por ser considerados alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica pela Assistência Estudantil da Universidade, precisam destinar parte desta bolsa para o custeio de despesas no ambiente familiar, como no caso da estudante Lúcia Murati que relatou que “tinha que mandar dinheiro pra (ajudar com as despesas da) casa (da família). Então, para eu me manter (fora da casa dos pais) e 300 reais para ajudar na minha casa e me manter (em outra cidade) começou a ficar pesado”.

A estudante relatou ter convivido com a condição econômica vulnerável desde a infância e que sempre passou isso junto aos seus pais e que “você aprende a viver com o mínimo”. O fator determinante para o seu pedido de trancamento geral do curso foi o adoecimento de sua mãe, uma vez que não teria quem cuidasse da mãe. Com isso, ela trancou o curso, voltou para a cidade de origem e começou a trabalhar. Além disso, ela ressalta que um dos seus maiores desafios durante o período em que estava matriculada no curso, era manter o benefício da bolsa para conseguir pagar suas despesas e ajudar os pais.

Dessa forma, podemos ver como a graduação se mostra como uma oportunidade para conseguir melhorar de vida e poder melhorar a vida da família. De acordo com Macedo (2015) com a melhoria nas condições de permanência e conclusão do curso podem oferecer um aumento da renda familiar e assim podendo ter condições dignas de sobrevivência, uma vez que muitos estudantes vêm de uma realidade de exclusão, onde seus direitos básicos para sobreviver são negados.

Em sua pesquisa Macedo (2015) constatou que os alunos da instituição estudada utilizavam o recurso da assistência estudantil para a manutenção na universidade e despesas pessoais e que muitas vezes esse recurso contribuía também para as despesas da família. E que essa inserção da Assistência estudantil no Auxílio de Formação Profissional trouxe contribuições para além das questões educacionais, uma vez que as questões sociais e econômicas das famílias foram afetadas pois os alunos conseguiam contribuir com as despesas em casa e as despesas escolares.

Sendo assim, ele concluiu que a política de assistência estudantil se coloca como uma proposta de proteção aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica. Possibilitando a igualdade de oportunidades e auxiliando na melhoria do rendimento do estudante, além de ser uma precaução para minimizar os casos de reprovação e evasão por conta de falta de condições financeiras.

Já no contexto universitário, os estudantes destacaram a falta de apoio dos professores que, muitas das vezes, não entendem a situação do aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O estudante Luís Travassos relatou que precisou de ajuda dos professores para fazer provas em uma sala separado dos demais estudantes da sua turma, pois tinha muita dificuldade para se concentrar e ficava muito ansioso. Ele só foi atendido em seu pedido depois que passou por uma avaliação junto à Pró-reitoria que cuida de assuntos estudantis e foi incluído em um programa de apoio à estudantes com necessidades educacionais especiais. Já a estudante Helenira Resende afirmou que não teve apoio de professores e que eles nunca se preocuparam em analisar se os estudantes “(es)tavam no mesmo nível ou não”.

Outro tema sensível entre os estudantes é a saúde mental. Muitos afirmaram que não recebem apoio por parte de alguns professores. Para Elitânia de Souza, “alguns professores eu senti que tem consciência dessa questão de saúde mental, mas outros quando eu fui conversar que só piorou a situação (da saúde mental)”

Já Iara Iavelberg ressaltou que “muitos professores não se importam muito com a situação que cada aluno tem, porque cada aluno tem uma situação diferente as vezes tem coisas que fazem com que ele não consiga se dedicar as matérias e os professores não avaliam isso, na maioria das vezes.” A estudante Aurora Furtado contou que tinha apenas um professor que se preocupava com ela e que a maioria das pessoas da sua sala eram de escola particular o que fazia com que ela tivesse receio de fazer perguntas na aula “eu tinha uma certa vergonha de perguntar algumas coisas porque parecia muito bobo para mim então eu acabava tendo que aprender sozinha, que era impossível”.

Além disso, uma aluna relatou ainda que a condição financeira é um dos agravantes para a saúde mental. Segunda a estudante, sempre que a condição financeira piorava, ela se sentia psicologicamente mais fragilizada e quando esta condição melhorava, percebia que sua saúde mental também tinha melhoras. Tal fato influencia até no bem-estar, uma vez que os medicamentos que ela utiliza em seu tratamento são caros e, quando não consegue comprá-los, precisa usar medicamentos similares, que são mais baratos ou disponibilizados pela prefeitura, mas possuem mais efeitos colaterais.

A situação de reprovação por frequência inferior à 75% das aulas é uma das coisas que afetam muito os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e nesse sentido o diálogo com os professores poderia auxiliar, o estudante Edson Luís relatou que tentou conversar com os professores e apresentando seus laudos e alguns entenderam sua situação, mas um deles disse que não era problema dele. Apesar de não ser da competência dos professores analisarem os laudos, falta maior empatia de alguns professores para entender a situação dos alunos vulneráveis. Já a estudante Manuela d'Ávila afirmou que tem dificuldades em algumas disciplinas e que essa dificuldade vem pela falta de um apoio pedagógico. E que se seu curso muitas vezes não tem professor e que acaba sendo um curso que você precisa ser autodidata para conseguir aprender.

Outro ponto que merece destaque é quanto à violência simbólica vivenciada (BOURDIEU; PASSERON, 1989) no ambiente universitário. Alguns estudantes relataram que, em alguns momentos, sentem que o professor, por meio da autoridade pedagógica, impõe o seu pensamento sob os estudantes e só aquilo em que acredita é passível de avaliação positiva.

A imposição de significados por meio do poder simbólico do professor é uma forma de violência. Aliás, toda ação pedagógica que tem por finalidade a reprodução do pensamento dominante é uma violência simbólica, seja ela por imposição, por poder arbitrário ou arbitrariedade cultural.

Sobre as vivências de violência explícita ou implícita na universidade muitos disseram que não percebe em seu cotidiano tais experiências e os que disseram que já passaram citaram ser uma violência mais implícita, como preconceito e discriminação. Aurora Furtado, por exemplo, afirmou que por ser mulher sentia a violência implícita e Elitânia de Souza disse que ouviu de muitos colegas que ela “não era boa suficiente pra (es)ta(r) naquele cargo (de uma diretoria) da empresa júnior”.

Porém, poucos avaliam a influência em seu trancamento, podendo aqui ser trabalhado o conceito de violência simbólica. Bourdieu e Passeron (1989) afirmam que o conceito de violência simbólica, em que os sistemas simbólicos fazem a função política de instrumentos de

imposição ou validação da dominação, que auxiliam para garantir a dominação de uma classe sobre a outra.

Além disso, para os autores, o poder judicial por meio de seus vereditos pode ter ações de coerção física como tirar a vida, liberdade ou a propriedade, mostrando esse olhar soberano do Estado, que detém o domínio da violência simbólica legítima. Como citado por Souza (2014) que a classe dominante não só possui o poder do Estado ou uso legal da violência física por meio da polícia, forças armadas entre outros, mas também possui o domínio da violência simbólica. A ideologia dominante é tida como natural e os dominados nem sabem que são vítimas de uma “violência simbólica”.

Apesar da coerção física ser rara na universidade, a coerção simbólica acontece frequentemente. A própria estruturação da assistência da estudantil da universidade em que os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica perdem todos seus benefícios ao reprovarem por falta ou trancar o período é um dos exemplos, uma vez que impede com que os alunos abandonem disciplinas ou tranque seu curso independente dos motivos que levaram a isso. Além disso, o fato de a universidade não abonar faltas mesmo com atestado médico também se coloca como uma coerção simbólica, uma vez que os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica não podendo reprovar por falta, se quer podem ficar doentes gerando ainda mais pressão nos alunos. Esse processo de perda dos benefícios da assistência estudantil acaba levando ao trancamento como relatado pelo aluno Edson Luís: “A assistência é tão importante que depois que eu perdi os benefícios que eu tinha eu fui forçado a trancar a faculdade”

Já para o estudante Honestino Guimarães a violência está ligada com seus posicionamentos políticos "eu senti mais pelos meus posicionamentos políticos, mas não por ser vulnerável, no entanto meus posicionamentos políticos eram por eu ser vulnerável, tudo interligado." De acordo com BOURDIEU (1992, 2002) citado por OLIVEIRA SÁ (2011) para BOURDIEU (1992, 2002) o indivíduo é um sujeito formado elaborado por seus pertencimentos sociais em suas particularidades mais sutis.

Seu pertencimento de classe, que é de onde veio, suas origens, são demonstrados pelo seu comportamento, gostos, posicionamentos, preferências etc. O habitus observado como sistema colocado dentro desses padrões de conduta e maneiras internalizado, é o que garante de certa forma uma adesão ao comportamento de classe que se mostra no comportamento dos sujeitos. Já Marielle Franco aponta que "esse tipo de coisa se aconteceu eu não me lembro" Neste sentido, Ricouer (2003) afirma que é difícil detalhar a responsabilidade pessoal dos sujeitos e das influências sociais que trabalham subterraneamente a lembrança coletiva. Essa

privação faz com que a o conjunto de abuso de memória e abuso de esquecimento nos levam a dizer excessivamente da memória e do esquecimento.

Sendo assim, às vezes o esquecimento é uma forma de lidar com o cotidiano e é também um mecanismo de controle e sobrevivência para passar por situações que podem não terem sido positivas para aquele que as viveu. Dessa forma, podemos observar a violência simbólica dentro do contexto universitário que vem muito ligado com a condição social, raça e gênero do aluno e que ela traz consequências que influenciam implicitamente para a permanência dos alunos.

Dentre as mais diversas formas de violência simbólica que podem ser observadas a partir das falas dos entrevistados, embora muitos deles não as perceba como tal, destaca-se a menção recorrente à uma regra específica da universidade relacionada à perda dos direitos à assistência estudantil em caso de reprovação em disciplina por infrequência. Neste caso, o aluno classificado em situação de vulnerabilidade, se reprovado por frequência insuficiente às aulas, perde todos seus benefícios como moradia, bolsa, desconto no restaurante universitário, atendimento de saúde.

Alguns dos entrevistados relataram que este foi o motivo que acarretou no seu trancamento pois não tinham condições de se manter na universidade sem a assistência estudantil. Podendo assim se considerar uma violência simbólica onde o aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica pode perder a assistência estudantil a qualquer momento caso reprova por falta ou tranque seu curso independente dos motivos que o levaram a isso. Não há um entendimento dos motivos que o levaram a isso, colocando os alunos em uma situação de uma assistência punitiva e que acaba levando a pressão e medo.

Mesmo aqueles que não tiveram reprovação por falta relataram a rotina de medo e pressão que viviam para não serem reprovados por esse motivo e, com isso, perder a assistência estudantil que é sua por direito. Como foi dito por Daniel Aarão Reis Filho, “depois que eu fui (morar no) pro [alojamento estudantil] acabou a possibilidade de eu querer trancar o curso que fosse um semestre pra respirar.” Por precisar da assistência estudantil e não podendo reprovar por falta ou trancar o curso isso impossibilitava que tivesse “um semestre para respirar” uma vez que trabalha desde o início do curso para se manter e o trabalho afeta seu desempenho, inclusive na produção do seu trabalho de conclusão de curso.

Muitas vezes trancar o período dá a possibilidade de o aluno se reestruturar de diversas formas seja psicológica, financeira ou como citado “um semestre para respirar”. Tendo em vista que o trancamento é de caráter temporário e todos os alunos tem esse direito, porém, no caso dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica isso implica na perda de todos seus benefícios da assistência estudantil dificultando assim seu retorno a universidade. Toda essa

pressão acarreta em problemas psicológicos nos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estando assim interligada a questão financeira e psicológica.

Em uma pesquisa desenvolvida por Oliveira (2007), observou-se que a existência de transtornos mentais e a falta de uma rede de apoio social é preocupante, uma vez que auxilia para a continuidade do sofrimento e faz com que o retorno para as atividades acadêmicas se torne cada vez mais difícil. Tal fato contribui para que a evasão seja uma alternativa para o estudante que não tem uma perspectiva de saída da condição social, familiar e econômica que se encontra, ou ainda, pode desencadear um processo de jubramento involuntário.

Em outra pesquisa, dessa vez desenvolvida por Matta (2011), foram identificados alguns percursos psicológicos do primeiro trancamento de matrícula por causa da saúde mental. É que os alunos podem trazer, das suas experiências de vida anteriores à entrada na universidade, vulnerabilidades que podem auxiliar no trancamento de matrícula por motivo de saúde mental, principalmente onde não se tem um apoio familiar, das amigadas e da própria universidade. Percebeu assim, que o trancamento de matrícula, relacionado a fragilidades na saúde mental é o resultado de relações complexas entre os motivos psicológicos individuais e contextos universitário e não universitário.

Além disso, como relata a estudante Sâmia Bonfim ao procurar o atendimento psicológico ela foi submetida a alguns desconfortos podendo ver um caso de uma violência simbólica

eu tava [me consultando] com o psiquiatra da [universidade] e eu tava passando por momentos mais delicados e eu sempre tive uma certa dificuldade de tomar remédio e ele veio me jogar na cara essa questão de remédio. Eu me senti muito mal com isso, porque os remédios tava fazendo mal e eu não tava dando certo com ele [o médico].

Tal fato tendo em vista os conceitos de violência simbólica de Bourdieu (1989) percebe-se que muitos dos alunos passam pela violência simbólica ao serem “punidos” caso reprovem por falta, sendo uma dupla, tripla punição, pois o aluno que é considerado vulnerável já é privado de muitas coisas, como o equilíbrio emocional por saber que não tem a quem recorrer caso passe por dificuldades financeiras e psicológicas, por exemplo e passa por tantas situações que tornam mais difícil sua permanência na universidade.

Além dos fatores financeiros e psicológicos, vários alunos citaram que o que os levou ao trancamento do curso foi uma somatória de fatores, como dificuldade de transporte por morar em outra cidade; estar se sentindo pressionado pelas disciplinas; racismo; precisar cuidar do filho; não identificação com o curso; machismo; a forma de tratamento das instâncias superiores da universidade; risco de jubramento e falta de compreensão.

Tais fatores demonstram que os motivos que levam os estudantes ao trancamento estão, de certa forma, interligados, uma vez que o aluno que depende da assistência estudantil tem um medo de perde-la e quem a perdeu não teve condições para se manter na universidade, e diante das dificuldades financeiras, a saúde mental é afetada em diversos sentidos.

Diante disso, é importante ressaltar das 21 pessoas entrevistadas, 19 relataram o fator financeiro como um dos motivos para ter efetuado o trancamento. E com essa dificuldade financeira vem todas as outras dificuldades já citadas, fazendo com que assim a permanência do aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica se torne um desafio cotidiano. A aluna Aurora Furtado, por exemplo, afirmou que “nunca foi minha opção desistir (da faculdade) e eu continuei lutando para ser a melhor aluna e mostrar para minha família que eu conseguia, que não é porque eu sou pobre (que eu não posso estar na universidade). Eu tenho condição de continuar na faculdade”. A aluna foi aconselhada pela universidade a efetuar o trancamento de sua matrícula no curso devido ao comprometimento de sua saúde mental, sua matrícula permaneceu trancada por dois semestres e atualmente, está com sua matrícula ativa e frequente no curso.

De acordo com uma pesquisa do Instituto Lobo (2012), as principais causas da evasão no ensino superior são a) inadaptação do ingressante ao estilo do Ensino Superior e falta de maturidade; b) formação básica deficiente; c) dificuldade financeira; d) irritação com a precariedade dos serviços oferecidos pela IES; e) decepção com a pouca motivação e atenção dos professores; f) dificuldades com transporte, alimentação e ambientação na IES; g) mudança de curso; e h) mudança de residência (LOBO, 2012). Todos esses motivos apareceram nas entrevistas realizadas mostrando como esses fatores interferem na permanência dos alunos, e em se tratando dos alunos vulneráveis socioeconomicamente a influência das questões financeiras na permanência e no desempenho na faculdade são ainda mais perceptíveis.

Além disso, como já ressaltado, a partir desta pesquisa também foi possível observar que a condição financeira se relaciona com outro fator: a saúde mental. Dessa forma, entendendo que as dificuldades financeiras e psicológicas se constituem como desafios para se permanecer no ensino superior a assistência se torna extremamente necessária para conseguir minimizar os impactos que essas dificuldades causam e conseguir garantir a permanência e qualidade de vida dos alunos.

A assistência estudantil também é uma política que contribui para minimizar as taxas de desigualdade social no Brasil, ao que tangem os estudantes que conseguem adentrar no ensino superior (ARAÚJO, 2003). Porém, observou-se que na universidade estudada, que a assistência estudantil ainda não garante a total permanência e uma qualidade de vida aos alunos em situação

de vulnerabilidade socioeconômica. Mas cabe ressaltar que, mesmo não oferecendo as condições ideais de permanência, a assistência estudantil é fundamental para que o aluno vulnerável tenha condições mínimas de permanecer, uma vez que, quando ele não consegue o acesso (ou manutenção) à esta política, ele não consegue se manter no ensino superior e acontece o trancamento e a evasão.

Como afirma Vasconcelos (2010), a assistência estudantil é um direito social, que tem como objetivo promover condições necessárias para superação dos obstáculos e impedimentos do bom desempenho acadêmico, assim como diminuir a taxa de abandono e trancamento de matrícula. Sendo assim, é necessário, como citado pelos próprios entrevistados, “o olhar mais humano” “diálogo” “representação”, na assistência estudantil da universidade para que os motivos que levam os alunos vulneráveis ao trancamento sejam resolvidos e assim seja garantida não só a permanência como a qualidade de vida desses alunos.

Diante de toda a discussão que foi feita, pode-se ressaltar que são diversos os motivos que levam os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica a trancar seu curso, porém, o fator financeiro e problemas relacionados à saúde mental foram os mais citados e que levaram a maior parte dos entrevistados a trancarem seus cursos.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos vimos uma expansão do ensino superior, porém pelos dados aqui apresentados, apesar de todos os programas que ampliaram o acesso ao ensino superior, os alunos das camadas populares apresentam dificuldades para permanecer na Universidade e conseguir ter uma boa qualidade de vida durante sua graduação.

A assistência estudantil se mostra como uma das principais políticas públicas de garantia à permanência e qualidade de vida dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, porém, na universidade estudada encontram-se gargalos em seu funcionamento, como o aluno perder todos seus direitos caso reprove por falta em alguma disciplina ou tranque o período de seu curso, além de não existir o abono de faltas mesmo com atestado médico. Isso influencia na permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade na universidade.

Todos os entrevistados já realizaram ao menos uma vez o trancamento do seu curso e isso mostra que, de certa forma, a permanência na universidade não está sendo garantida de forma plena. Muitos trancaram mais de uma vez, principalmente por não conseguir se manter financeira e psicologicamente na universidade.

Além disso, com a pesquisa foi possível ouvir uma parte dos alunos e entender quais são seus desafios para permanecer no ensino superior. Foi possível perceber que eles são diversos, mas em sua grande maioria estão centrados na condição financeira e psicológica dos sujeitos. Entre os alunos em situação de vulnerabilidade, mesmo os que recebem bolsa, a maior parte não consegue ter acesso a tudo que é necessário para uma boa qualidade de vida na universidade e muitas vezes precisam trabalhar para conseguir se manter na universidade e isso afeta seu rendimento e permanência. Além disso, toda a pressão, tanto dos estudos e de conseguir formas de permanecer na universidade traz um desgaste emocional para os alunos que acaba acarretando em problemas psicológicos.

Em se tratando de capital cultural, percebeu-se que os alunos em situação de vulnerabilidade tiveram menos acesso à cultura, esporte e lazer e que muitas vezes isso só se ampliou ao entrar na universidade. Porém, é importante ressaltar que mesmo a universidade proporcionando um avanço, muitas vezes os alunos ainda não possuem condições para conseguir acessar o capital cultural por dificuldades financeiras e até a falta de tempo e disposição, uma vez que muitos precisam trabalhar. Esse déficit na formação do capital cultural influencia no rendimento dos alunos uma vez que sua base escolar não é tão boa e acaba trazendo dificuldades no aprendizado e no rendimento escolar. A grande maioria dos alunos

entrevistados vêm de escolas públicas e o pouco acesso à educação de qualidade se reflete em sua graduação, fazendo com que o aluno precise se esforçar ainda mais para conseguir permanecer na universidade.

Muito foi falado de como o aluno vulnerável precisa se esforçar muito mais do que aqueles alunos que não são vulneráveis. Tal esforço pode ser definido como, além da dedicação aos estudos os alunos em situação de vulnerabilidade precisam se preocupar com sua permanência na universidade. São muitos fatores que existem na vida do aluno vulnerável como, preocupações de como permanecer materialmente na universidade, como conciliar trabalho e estudos, ser mãe, ter que ajudar a família, cumprir o regimento da assistência estudantil da universidade para conseguir garantir os benefícios e dentre outros, pois, cada aluno tem sua particularidade que precisa ser ouvida e auxiliada. Por isso, os alunos relataram que sentem que precisam se esforçar 2, 3, até 5 vezes mais do que os alunos que não são vulneráveis.

Além disso, o fato da assistência estudantil da universidade estudada ter como regra a não reprovação por falta para continuar sendo beneficiário do programa é um dos grandes gargalos. Uma vez que a universidade não abona faltas com atestado médico, assim os alunos em situação de vulnerabilidade se quer podem ficar doentes, gerando uma pressão muito grande. Tendo em vista, caso ocorra reprovação por falta se perde todo acesso a assistência estudantil que é a responsável pela permanência desses alunos, assim colocando a permanência deles em risco.

É necessário que exista diálogo entre o setor responsável pela assistência estudantil e os alunos em situação de vulnerabilidade para que cada vez mais seja possível garantir a permanência e a qualidade de vida desses alunos. Aumentando a entrada na universidade se tem uma mudança no perfil do estudante universitário, que vem de famílias que não possuem condições financeiras, sendo assim, se colocando em extrema necessidade garantir a permanência desses alunos.

Mas, além disso, é fundamental que as lideranças estudantis se aproximem e conheçam a realidade das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica para traçar repertórios de ações conjuntas com a gestão universitária. É de extrema importância dar ouvidos e protagonismo para os alunos em situação de vulnerabilidade dentro da assistência estudantil para que assim consiga se aprimorar cada vez mais o programa e que assim tenha melhorias para garantir a permanência e qualidade de vida dos alunos

Com esse trabalho foi possível visualizar que sim, existe uma relação entre trancamento e vulnerabilidade social. Uma vez que o aluno em situação de vulnerabilidade quando não consegue garantir sua permanência material ou simbólica, acaba optando pelo trancamento de

sua matrícula. Muitas vezes com a esperança que possa ter uma melhora em suas condições e possa retornar à universidade.

Os alunos em situação de vulnerabilidade precisam de formas para conseguir se manter na universidade e com qualidade. Que esses alunos possam viver a experiência do ensino superior por completo, que muitas vezes é negado por conta da dificuldade na permanência. Não é apenas com a entrada na universidade que se consegue diminuir as desigualdades sociais é com a permanência e com a formação de todos esses alunos, que muitos são os primeiros da sua família a entrar em uma universidade pública. Ainda se tem um longo caminho a percorrer, mas é necessário que a Universidade se pinte de povo!

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, N. C. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 3, p. 653-673, 2016.
- ALVARENGA, C. F. et al. Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 1, p. 55-71, 2012.
- AMORIM, D. Pela primeira vez, negros são maioria nas universidades públicas. **Estadão**, 13 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pela-1-vez-negros-sao-maioria-nas-universidades-publicas-diz-ibge,70003088013>> Acesso em 28 nov. 2019.
- BASILIO, A. L. MEC lança Future-se e propõe capital privado no orçamento das federais. **Carta Capital**, 17 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/mec-lanca-future-se-e-propoe-capital-privado-no-orcamento-das-federais/>> Acesso em 16 out. 2019.
- BONAMINO, A. et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 487-499, 2010.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. **O poder simbólico**, v. 5, p. 59-73, 1989.
- BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. **A economia das trocas simbólicas**, v. 2, p. 295-336, 1982.
- BOURDIEU, P. et al. **La reproducción: elementos para una teoría del sistema de enseñanza**. Barcelona: Laia, 1977.
- BOURDIEU, P. et al. **O poder simbólico**. 1989.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 22 nov de 2019
- BRASIL. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em 27 nov. 2019
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE Nº 473, de 12 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a regulamentação dos cursos de graduação da Universidade Federal de Lavras. Lavras, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2018. Disponível em: <[http://prg.ufla.br/images/arquivos/5\\_473\\_12122018.pdf](http://prg.ufla.br/images/arquivos/5_473_12122018.pdf)> . Acesso em: 28 nov. 2019.

BRITTO, L.P. L. et al. Conhecimento e formação nas IES periféricas perfil do aluno “novo” da educação superior. **Avaliação, Campinas**, v. 13, n. 3, 2008.

CARVALHO, S. **Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras. 2013. 130p.** 2013. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil.** 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMERICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis. **Anais.** A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2011.

DA CUNHA, L. A. C. R. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas.** Unesp, 2007.

DE ALMEIDA CUNHA, M. A. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**, v. 25, n. 2, p. 503-524, 2007.

DE ASSIS, A. C. L. et al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

DE LIMA FERREIRA, M. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

DE LIMA, F. S.; ZAGO, N. Desafios conceituais e tendências da evasão no ensino superior: a realidade de uma universidade comunitária. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 2, p. 366-386, 2018.

DE MEDEIROS ROSA, C. Limites da democratização da educação superior: entraves na permanência e a evasão na Universidade Federal de Goiás. **Póiesis Pedagógica**, v. 12, n. 1, p. 240-257, 2014.

DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Estatística), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DOS REIS DUTRA, N. G.; DE SOUZA SANTOS, M. F. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

DOS SANTOS, B. S. et al. Educação superior: processos motivacionais estudantis para a evasão e a permanência. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 1, p. 73-94, 2017.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005.

GISI, M. L. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.

GOMES, A. M.; DE MORAES, K. N. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 171-190, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultados>>. Acesso em: 29 nov. 2019

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, 2017.

LEITE, J. L. Política de Assistência Estudantil. **SER Social**, v. 14, n. 31, p. 453-472, 2013.

LEMOS, A. H. da C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 2, p. 368-384, 2009.

LOBO, M. B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Cadernos**, v. 25, 2012.

MACEDO, L. F. L. et al. **O Auxílio de Formação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins-Campus Palmas: A Assistência Estudantil em Xequê**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MANCEBO, D. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 141, p. 875-892, 2017.

MARQUES, J. et al. Corte de bolsa, transporte e bandejão: como bloqueio afeta a vida dos universitários. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 de julho de 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,corte-de-bolsa-transporte-e-bandejao-como-o-bloqueio-afeta-a-vida-de-universitarios,70002922123>> Acesso em: 16 out. 2019.

MATTA, K. W. **Evasão universitária estudantil: precursores psicológicos do trancamento de matrícula por motivo de saúde mental**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MENDONÇA, S. R. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.

MOROSINI, M. C. et al. A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: **Congressos CLABES**. 2011.

OLINTO, G. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995.

OLIVEIRA, S. B. **Crise psicológica do universitário e trancamento geral de matrícula por motivo de saúde**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PALAVEZZINI, J. et al. Trajetória da assistência estudantil no ensino superior do Brasil. **Atlante**. Cuadernos de Educacion y Desarrollo, 2014. Disponível em: <<http://atlante.eumed.net/wp-content/uploads/assistencia.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019

PEREGRINO, M. D. Trajetórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. **Revista Teias**, v. 12, n. 26, p. 8, 2011.

PEREIRA, L. T.; DE SOUZA ALMEIDA, M. A definição do perfil de vulnerabilidade para acesso à política de permanência no ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 8, n. 1, p. 132-154, 2015.

POLYDORO, S. A. J. **Evasão em uma instituição de ensino superior: desafios para a psicologia escolar**. 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1995

REIS, D. B.; TENÓRIO, R. M. Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior—um debate em curso. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 1, 2009.

RICOEUR, P. **Memória, história, esquecimento**. 2003. Unicamp, Campinas, 2015.

RODRIGUEZ, A. Fatores De Permanência E Evasão De Estudantes Do Ensino Superior Privado Brasileiro Um Estudo De Caso. **Caleidoscópio**, v. 1, n. 3, p. 31-43, 2014.

ROSSI, M. Corte ou contingenciamento, quem está certo na guerra de narrativas da educação? **El País**, São Paulo, 02 de junho de 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689\\_188552.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689_188552.html)>. Acesso em: 16 out. 2019.

SANCHES, R. R. As políticas de assistência estudantil no Brasil. **A Revista História, Movimento e Reflexão**, v. 2, n. 1, 2014.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 33., 2010, Caxambú. A escolha profissional do curso de Pedagogia: análise das representações sociais de discentes. 2010.

SÁ, T. A. O. O Professor e a Reprodução de Desigualdades Sociais: Uma Leitura de Pierre Bourdieu. **Revista Triângulo**, v. 4, n. 1, 2011.

SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

TENENTE, L.; FIGUEIREDO, P. Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores. **G1**, 15 de maio de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>>. Acesso em: 16 out. 2019.

VARGAS, H; HERINGER, R. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, n. 25, p. 1-33, 2017.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, 2010.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 227, 2006.



**APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas**

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Curso:
- 4) É natural de que cidade?
- 5) É aluno cotista? Sim ( ) Qual grupo? Não ( )
- 6) É vulnerável socioeconomicamente? Sim ( ) Não ( )
- 7) Estudou em escola pública? Sim ( ) Quanto tempo? Não ( )
- 8) Você fez curso particular pré-vestibular? Sim ( ) Não ( )
- 9) Qual a escolaridade dos seus pais?
- 10) Antes de entrar na universidade você teve acesso a cultura, esporte, lazer? (Como cinemas, teatros, bibliotecas, viagens)
- 11) Isso mudou, depois que você passou a frequentar o ensino superior? Como isso aconteceu?
- 12) Você utiliza/utilizou da Assistência Estudantil? Se sim, o que você utiliza/utilizou?  
( ) Restaurante Universitário ( ) Transporte Interno/Mamute  
( ) Moradia Estudantil ( ) Bolsa ( ) Programas de Saúde  
( ) outro \_\_\_\_\_
- 13) Qual a importância da assistência estudantil para você?
- 14) Você sente que já foi ou é tratada de alguma forma diferente por morar no alojamento estudantil?
- 15) Você sente que pertence a universidade? Pertence a esse ambiente?
- 16) Você acha que precisa se esforçar muito mais que os alunos não vulneráveis?
- 17) Você precisou trabalhar em algum momento durante sua graduação para se manter na universidade? Como o trabalho afetou seu desempenho no curso?

- 18) Sua condição financeira influencia no seu rendimento e permanência na universidade?  
Se sim, descreva um pouco de como isso te afeta.
- 19) Você já se sentiu discriminado de alguma forma na universidade por conta de sua condicional social?
- 20) Quais são seus desafios para permanecer na faculdade?
- 21) Tendo em vista todas as dificuldades e desafios para permanecer na universidade, o que você acha que a universidade poderia fazer para garantir a permanência dos alunos (principalmente os classificados como vulneráveis)?
- 22) Você já passou por alguma forma de violência (explícita ou implícita) no ambiente universitário?
- 23) Se sim, o seu pedido de trancamento se relaciona de alguma forma com este (s) fato (s)?
- 24) Quantas vezes você trancou o curso?
- 25) Porque você decidiu trancar o seu curso? Todas as vezes foi pelo mesmo motivo?
- 26) Quanto tempo tem que você trancou sua matrícula?
- 27) Quando pretende retomar o curso?
- 28) Como a sua história de vida, anterior à universidade, impacta/impactou nos desafios que você precisou/precisa enfrentar?
- 29) Quais as dificuldades você enfrentou desde que começou o curso superior?
- 30) De que forma essas dificuldades se constituíram como barreiras para você permanecer no ensino superior?
- 31) Como você avalia a influência do contexto não-universitário (situação financeira familiar, dificuldade de relacionamento social e familiar, dentre outros aspectos da sua vida antes da Universidade) no seu pedido de trancamento de curso?
- 32) Como você avalia a influência do contexto universitário (relação com professores, com colegas de turma, alojamento, dificuldade com as disciplinas, ausência de apoio pedagógico, entre outros aspectos vivenciados na Universidade) no seu pedido de trancamento de curso?

33) Você conhece alguém que precisou trancar a universidade por falta de condições de permanecer na universidade? Sim ( ) Não ( )

34) Você tem mais alguma coisa que acha importante dizer?

